

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL
IZAQUE MACHADO RIBEIRO

“AGUENTANDO O TRANCO”: ETNOGRAFIA COM CATADORAS/ES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS

Porto Alegre

2011

IZAQUE MACHADO RIBEIRO

**“AGUENTANDO O TRANCO”: ETNOGRAFIA COM CATADORAS/ES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Henrique Caetano Nardi

Co-orientadora: Paula Sandrine Machado

Porto Alegre

2011

IZAQUE MACHADO RIBEIRO

**“AGUENTANDO O TRANCO”: ETNOGRAFIA COM CATADORAS/ES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

.....
Prof^a. Dra. Marlene Neves Strey – PUCRS

.....
Prof^a. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UFRGS

.....
Prof^a. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva – UFRGS

Conceito:

Porto Alegre, de de

*Às catadoras e aos catadores de materiais
recicláveis*

AGRADECIMENTOS

A todas/os aquelas/es que contribuíram de alguma maneira para que esse trabalho fosse construído. Em especial, as/aos catadoras/es do MNCR-RS e da ARPES-Santiago pelas vivências e pelo aprendizado; À CAPES pelo apoio financeiro; As/os Professoras/es e a secretaria do PPGPSI. Agradeço também à Prof^a Rafaela Rigoni pelo incentivo e confiança; À minha companheira Aline pela presença e suporte principalmente nas horas de aperto; À D^a Guiomar, minha mãe e meus irmãos. A todas/os as/os integrantes do NUPSEX pelos momentos de apoio e de discussão, em especial as/os da “velha guarda” com as quais tive mais contato: Priscila, Daiane, Eliana, Manoela, Luciana. Por fim, mas não menos importante, um agradecimento sincero e especial ao meu orientador, Prof. Henrique Nardi pelos ensinamentos e pela paciência e também à minha co-orientadora Prof^a Paula Machado pela sua competente participação e incentivo.

RESUMO

Este estudo utiliza o método etnográfico para descrever o cotidiano de grupos de catadoras/es de materiais recicláveis de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Partindo da questão de como se configuram as relações de gênero e de trabalho, o trabalho de campo foi desenvolvido em três locais onde as/os catadoras se faziam presentes: a rua, o galpão de reciclagem e as oficinas de formação. A partir deste itinerário, discute-se a relação com um núcleo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, as dificuldades encontradas na pesquisa e as peculiaridades de um pesquisador do sexo masculino desenvolver a pesquisa em um contexto marcadamente feminino. Busca-se compreender, também, a maneira como as/os catadoras lidam com seu corpo em diferentes momentos, assim como as hierarquias existentes no trabalho e os espaços de trabalho onde as relações de gênero não obedecem a uma lógica naturalizante da divisão sexual do trabalho. Por fim, conclui-se que os modos de trabalhar das/os catadoras/es estão ligados a maneira como se configuram as relações de gênero e a maneira como as/os catadoras/es lidam com seus corpos nos diversos contextos, o que remete a uma precarização do trabalho feminino.

Palavras-chave:

relações de gênero; trabalho; corpo; catadoras/es de materiais recicláveis

ABSTRACT

This study uses the ethnographic method to describe the daily events of groups that collect recyclable materials from a town in the metropolitan region of Porto Alegre. Starting with the question of how gender relations in the workplace are configured, the study was conducted at three sites where the groups were present: the street, the recycling centers and workshops. From this itinerary, we discuss the relationship of the core of the National Movement of Collectors of Recyclable Materials, the difficulties encountered in the research and the peculiarities of a male researcher developing a research in a context markedly feminine. We also seek to understand the way the collectors deal with their bodies at different times, as well as the existing hierarchies in the workplace and working environments where gender relations do not obey the logic of sexual division in the workplace. Finally, we conclude that their way of work is directly linked to the way they deal, with their bodies in various contexts, with leads to a precariousness of women's work.

Keywords:

Gender relations; work; body; collectors of recyclables materials.

RESUMÉ

Cette étude utilise la méthode ethnographique pour décrire le quotidien des groupes des femmes collecteurs des matériels recyclables d'une ville du secteur métropolitain de Porto Alegre. En partant de la question sur comme les relations de genre et de travail sont configurées, la recherche a été développée à trois endroits où les collecteurs étaient : la rue, le hangar de recyclage et les ateliers de formation. En commençant de cet itinéraire, la relation est discutée avec le noyau du Mouvement national des Collecteurs de Matériels Recyclables, les difficultés trouvées dans la recherche et les particularités d'un chercheur masculin pour développer la recherche remarquablement dans un contexte féminin. Il est cherché pour comprendre, aussi, la voie comme les femmes collecteurs travaillent leurs corps pendant des moments différents, aussi bien que les hiérarchies existantes dans le travail et les espaces de travail où les relations de genre n'obéissent pas à une logique capable de naturaliser la division sexuelle du travail. Finalement, on conclut que les manières de travail des collecteurs sont liées à la manière comment les relations de genre sont configurées et à la manière comment les femmes collecteurs travaillent leurs corps dans les divers contextes, ce qui envoie à un état progressivement précaire du travail féminin.

Mots clés:

Relations de genre; travail; corp; collecteurs

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
| 1 UM POUCO DA EXPERIÊNCIA ANTERIOR..... | 14 |
| 1.1 UM MOVIMENTO SOCIAL COMO PORTA DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO CAMPO DE PESQUISA..... | 17 |
| 1.2 OS CADASTRAMENTOS..... | 23 |
| 2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 26 |
| 3 INTERPELAÇÕES: ENTRE O PESQUISADOR E O PSICÓLOGO..... | 30 |
| 4 OPERADORES CONCEITUAIS | 36 |
| 4.1 RELAÇÕES DE GÊNERO..... | 36 |
| 4.2 TRABALHO..... | 41 |
| 4.3 AS/OS CATADORAS/ES E O TRABALHO DE CATAÇÃO..... | 44 |
| 4.4 REVISÃO DE LITERATURA..... | 49 |
| 5 ITINERÁRIO(S): DESCREVENDO CENAS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, CORPO E TRABALHO..... | 53 |
| 5.1 NO GALPÃO DE RECICLAGEM..... | 55 |
| 5.2 EM CIMA, EMBAIXO: HIERARQUIZAÇÕES..... | 66 |
| 5.3 UM ACIDENTE NO TRABALHO..... | 68 |
| 5.4 “ERA TUDO NO MUQUE” – O CORPO QUE NÃO AGUENTA O TRANCO..... | 71 |
| 5.5 OS CATADORES E O CORPO FEMININO..... | 74 |
| 5.6 NA RUA, SENTINDO NO CORPO | 76 |
| 5.7 CLECI DESCADREIRADA..... | 80 |

| | |
|--|-----------|
| 5.8 O CORPO FORA DO TRABALHO: AS OFICINAS..... | 83 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 90 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 92 |

APRESENTAÇÃO

Trata-se de um trabalho etnográfico realizado com catadoras e catadores de materiais recicláveis que tem como temas principais Relações de Gênero, Corpo e Trabalho. Além de essas três serem categorias bastante complexas, compostas por uma vasta produção no campo acadêmico em geral, irei observar que o fato de ser um trabalho sobre catadoras/es de materiais recicláveis já imprime um recorte à vasta produção bibliográfica sobre gênero e trabalho.

Meu objetivo principal é descrever como se configuram as relações de gênero e de trabalho no cotidiano de catadoras e catadores de materiais recicláveis em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Para atingir esse objetivo, tomamos como perspectiva teórica central o feminismo socialista, sobretudo a discussão proposta a respeito da divisão sexual do trabalho.

Utilizo como contraponto crítico o referencial pós-estruturalista dos estudos de gênero, o qual, segundo Narvaz (2009) emerge no contexto dos anos 1980/90, questionando os “estudos sobre a mulher” e seu caráter de aprisionamento dos sujeitos (o sujeito preso a lógicas binárias e essencialistas, a identidades estáveis). Conforme Louro (2008), o conceito de gênero, antes muito associado ao de sexo, passa a ser utilizado como distintivo de sexo, evocando assim, a construção social e histórica do gênero. “O que importa nas relações não é o sexo e sim, o que se construiu socialmente sobre eles.” (Id, 2008, p. 21).

Neste sentido, “através das feministas anglo-saxãs, o gênero passa a ser considerado distinto de sexo, tornando-se uma categoria útil para analisar as relações históricas” (Id, 2008, p. 21). Conforme o conceito clássico de Scott (1995), o gênero é elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um primeiro modo de significar as relações de poder.

Os estudos *queer* emergem a partir dos estudos de gênero na década de 1990. Judith Butler propõe a desconstrução do gênero, no sentido de

desmanchar a equação na qual ele é considerado, a partir das teorias humanistas, como sendo o sentido, a essência¹ e a substância, como se houvesse uma correspondência “natural” entre sexo, gênero, sexualidade e corpo (Butler, 2008a, p.29). Assim, afirma a autora, “[...] como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergências entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.” (Id, 2008a, p. 29).

Conforme a autora supracitada, gênero se inscreve em dados momentos históricos e não se encontra preso unicamente aos condicionantes biológicos. Portanto, “[...] gênero é efeito de linguagem, produção discursiva que ordena o mundo e que engendra determinadas formas de organização social da diferença sexual.” (NARVAZ, 2009, p. 27).

De acordo com Meyer (2008, p. 18) no que tange às mudanças ocorridas no campo feminista, atualmente o conceito de gênero

sinaliza não apenas para as mulheres e nem mesmo toma exclusivamente suas condições de vida como objeto de análise. Em vez disso, ele traz implícita a ideia de que as análises e as intervenções empreendidas devem considerar, ou tomar como referência, as relações - de poder – entre mulheres e homens e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como ‘sujeitos de gênero’.

As relações de gênero se inscrevem nos modos e processos de subjetivação, os quais segundo Foucault (1984, p. 27) são “[...] a maneira pela qual o indivíduo estabelece a relação com a regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática.” Castro (2009), por sua vez, reitera que tais modos e processos dizem respeito às práticas de constituição dos sujeitos.

Para Fonseca (1995, p.24) “[...] quando se fala em formas de objetivação e formas de subjetivação, é sempre em relação à constituição do indivíduo. De maneira que, pensar nos processos de subjetivação também é pensar em aspectos desta constituição.” Sendo que os modos e os processos de

¹ Conforme definição de (WEEKS, 2000, p. 42), o essencialismo é “[...] o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo, por referência a uma suposta verdade ou essência anterior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos.”

subjetivação estão associados às formas como se objetivam os sujeitos (como o ser homem ou o ser mulher). Isso nos ajuda a pensar como ocorre a constituição da subjetividade² das/os catadoras/es de materiais recicláveis em seu trabalho e de que forma as relações de gênero fazem parte de tal construção.

Além disso, estarei atento para a maneira como estas/es trabalhadoras/es se relacionam com os jogos de verdade³ presentes no seu cotidiano e sobre como se constituem enquanto sujeitos das relações de gênero e do trabalho.

No primeiro capítulo, descrevo minha trajetória enquanto estudante de Psicologia em uma associação de catadoras/es, destacando algumas situações onde se faziam presentes questões ligadas às relações de gênero no cotidiano de trabalho de catadoras e catadores, as quais influenciaram na decisão posterior em fazer o mestrado. Relato também como ocorreu a aproximação inicial com os integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – RS, facilitadores do meu trânsito no campo enquanto pesquisador.

No segundo capítulo, falo sobre o método etnográfico e suas possibilidades de utilização em uma pesquisa com catadoras/es. Além disso, busco explicitar o caminho investigativo feito a partir desse método.

Neste capítulo também trato das “interpelações” surgidas a partir da relação estabelecida com os sujeitos da pesquisa. Nele destaco os “ritos de passagem” e seus desdobramentos no decorrer da pesquisa, entre eles, o conflito entre técnicos e catadores.

Na parte três, exponho os operadores conceituais que utilizo na construção desse trabalho: relações de gênero, trabalho e o trabalho de catadoras/es;

² Por subjetividade “entende-se a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade” (FOUCAULT, 1999, p.365).

³ Jogos de verdade “são as regras pelas quais, a respeito de certos assuntos, o que um sujeito pode dizer depende da questão do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT, 1999, p.364) - ou seja, das formas de legitimação da verdade.

além de uma breve revisão da discussão recente sobre relações de gênero no trabalho de catação.

No quarto capítulo descrevo o itinerário percorrido durante os dez meses de inserção no campo, analisando a maneira como se configuram as relações de gênero no contexto de trabalho das catadoras/es. Discuto as relações de gênero e de poder no cotidiano do galpão de reciclagem, na rua e nas oficinas de formação, buscando fazer uma intersecção com o corpo que trabalha e sobrevive da catação. Nesse ínterim, atento para as hierarquizações surgidas no contexto de trabalho das catadoras, na trama institucional acerca do MNCR.

Nas considerações finais, procuro demonstrar que o trabalho de catação apesar dos esforços de produção de um trabalho solidário e menos penoso, ainda permanece sobre a égide da precariedade do trabalho, a qual se manifesta de forma intensa junto às catadoras mulheres, nas quais, o corpo é a “superfície de inscrição” dos efeitos desse trabalho precário.

1 UM POUCO DA EXPERIÊNCIA ANTERIOR

O interesse em pesquisar as configurações das relações de gênero entre as/os catadoras/es de materiais recicláveis e suas intersecções entre corpo e trabalho foi fomentado pela minha experiência enquanto estudante de graduação em Psicologia, quando realizava estágios e também atuava como bolsista de extensão em uma associação de catadoras/es, situada na cidade de Santiago, Rio Grande do Sul.

Durante os anos de 2006 a 2008, estive presente e acompanhei a construção dos modos de viver e trabalhar das/os catadoras/es de material reciclável daquela associação. O galpão da associação (ou somente “galpão” como as/os catadoras/es chamavam), era composto por um número médio de quinze associadas/os e estava localizado no distrito industrial da cidade. Esse local era distante dos pontos de coleta de material reciclável (as residências e o comércio local) e isso obrigava as/os trabalhadoras/es a percorrerem um longo caminho a pé, puxando um carrinho cheio com os materiais coletados.

No período em que estive na associação, acompanhei o trabalho das/os catadoras/es, buscando compreender a maneira como ele se organizava, a relação dessas/es trabalhadoras/es entre si e também com os órgãos públicos ou entidades privadas do município.

As intervenções realizadas nessa associação consistiam na realização de reuniões semanais com as/os catadoras/es, com o objetivo de discutir com as/os associadas/os os problemas do cotidiano da organização e buscar os encaminhamentos possíveis para os mesmos. Seguidamente as/os catadoras debatiam em grupo – ou relatavam-nos individualmente - situações constrangedoras e de sofrimento vivenciadas no seu cotidiano. Elas/eles expunham, por exemplo, ocasiões onde eram injuriadas/os pelas/os moradoras/es que as/os viam mexendo na sacola de lixo à procura de materiais recicláveis. Segundo essas/es catadoras/es, para alguns moradoras/es, a atividade de catação resumia-se em fazer sujeira e deixar

bagunçado o seu cesto de lixo. Tal posicionamento não levava em conta outros aspectos que envolviam (e envolvem) a atividade de catação, tais como o trabalho de limpeza urbana e a dimensão de subsistência presente no cotidiano de alguns catadores/as.

As questões levantadas por aquele grupo de catadoras/es eram as mais variadas e diziam respeito, por exemplo, ao seu estado de saúde, à dificuldade em cumprir os roteiros⁴ de trabalho, ao pagamento nem sempre realizado em dia e aos conflitos que tensionavam as relações de gênero e de trabalho nos diversos espaços por onde as/os catadoras/es exerciam suas atividades. Em relação a esses últimos, cito a seguir uma cena já analisada em artigo anterior:

Ontem fui humilhada como nunca antes havia sido! Tava indo pegá umas caixa numa lixeira, daí (chorando) um advogado, uma pessoa estudada, me chamou de ladra. Gritou na frente de muita gente que eu era uma ladra e eu comecei a chorá na frente dele, então meu filho chegô da outra lixeira e pergunto porque eu tava assim. O homem disse que era um teste que ele tava fazendo comigo quando meu guri chegou, e o homem saiu rindo de mim. Agora tô arrasada. Essa noite quase não dormi e pensei em pará de trabalhá como catadora, mas é que não posso, porque além de ter gostado muito desse serviço, tenho que sustentá meus filhos. [...] O problema é que agora tenho vergonha de chegá nas lixeras, se tem alguém na frente ou perto delas, não chego, parece que vão me xingá. (RAMOS et al. 2007, p. 100).

O relato escrito acima é de Salete, 42 anos, negra, separada do marido e com três filhos adultos. Entre outros elementos, ele aponta para as relações de gênero configuradas no contexto de trabalho das/os catadoras/es, marcadas, muitas vezes, por atitudes sexistas.

Na cena da catadora Salete, percebem-se duas situações distintas, no que diz respeito a essa relação de poder entre o morador e a catadora Salete. Em um primeiro momento, o insulto feito antes da chegada do filho de Salete

⁴ Estabelecer um roteiro ou rota para cada catador/a, é a maneira encontrada por associações ou cooperativas de catadoras/es para prestar um serviço de coleta seletiva organizada, buscando estabelecer uma parceria da/o catador/a com quem gera os resíduos (as/os moradoras/es, empresas, etc.). Cada rota corresponde a um trecho que deverá ser percorrido nos dias em que o catador ou catadora combinaram com o/a morador/a, estabelecendo-se assim, uma relação de confiança entre quem coleta e quem produz o resíduo. Ocorria que nem sempre as/os catadoras/es conseguiam cumprir o seu roteiro de trabalho, por motivos de doença, acidentes de trabalho, desistência, não ter com quem deixar as/os filhas/os, etc. O não cumprimento da rota por um/a catador/a acabava dificultando o trabalho de outra/o pessoa, a qual teria que assumir além da sua rota, a deixada pela/o companheira/o de trabalho.

se refere sobretudo à atividade da catação, que a situa em um lugar de inferioridade, pois carrega o estigma de mexer com o lixo que os outros descartam. O fato de ser mulher intensifica a injúria, pois, não se tem receio de uma possível reação violenta que não seria esperada como um comportamento feminino.

Após a chegada do filho de Salete o discurso do morador sofre uma repentina mudança. Nesse segundo momento, o morador passa a se desculpar com a catadora, pois, teme um revés do filho, homem, forte e potencialmente perigoso. Salete então, nesse momento, “refugia-se” em um lugar subalterno enquanto mãe (e não mais como mulher e trabalhadora, como no primeiro momento). Além de ser mulher, mãe e catadora, Salete era negra, pobre e tinha pouco estudo, daí a importância de também olharmos essa situação através dos marcadores sociais de classe e de cor.

As catadoras do local onde foram realizados os estágios durante a graduação em Psicologia, a exemplo do que aconteceu com Salete, acreditavam que o fato de ser mulher contribuía ainda mais para que elas vivenciassem situações de sofrimento, de preconceito e humilhação no seu trabalho. *“Mulher é mais fraca, por isso se provalcem da gente” (sic)* – disse certa vez uma delas. O interesse em pesquisar relações de gênero e trabalho partiu, portanto, dessa experiência emblemática com as/os catadoras/es a qual me motivou a aprofundar o estudo daqueles temas a partir dessa dissertação. Alguns pressupostos sobre o feminino e o masculino na atividade de catação serão discutidos, mostrando como existem contradições e ambiguidades no que diz respeito, por exemplo, a noção de “natureza feminina mais fraca” e as situações de trabalho observadas na prática.

1.1 UM MOVIMENTO SOCIAL COMO PORTA DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO CAMPO DE PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa, optei por realizar o trabalho de campo em um contexto diferente, na cidade de Gravataí. Dentre os principais motivos destaco o interesse em conhecer uma realidade onde existisse maior proximidade e ativismo entre Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - (MNCR)⁵ e grupos de catadoras/es, considerando que em cidades do interior do estado, à exemplo de Santiago, a incursão daquele movimento social era menor. A escolha por Gravataí se justifica por ser um lugar de destaque no cenário das discussões políticas do MNCR em nível municipal, estadual e nacional. Embora a pesquisa não tenha como foco de análise o Movimento dos Catadores, é preciso ressaltar que ela abrangeu catadoras/es ligadas/os ou não àquela entidade, a qual detinha importância no cenário nacional pelo fato de constituir a coordenação estadual do MNCR. Para um estudo mais abrangente sobre o MNCR sugiro os trabalhos de Da Silva (2006); Gonçalves Dias et al (2010); Oliveira (2010);

A presente pesquisa utilizou o método etnográfico. A etnografia foi realizada em um período de nove meses entre setembro e julho de 2010 com idas a campo uma ou duas vezes por semana. A pesquisa foi realizada junto a grupos de catadoras/es ligados ou não ao MNCR dos quais a maioria era integrante de uma cooperativa situada em uma cidade pertencente à região metropolitana de Porto Alegre.

⁵ Adoto como critério de nomeação de entidades e lugares, a maneira usual como as/os informantes se referiam à eles/as. Por exemplo, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, cotidianamente era chamado de “Movimento” ou “Movimento dos Catadores”. A sigla “MNCR” era mais usada na linguagem escrita. As Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos, eram comumente chamadas pelas/os catadoras/es de “unidade de triagem”, “galpão” “galpão da Santa Tecla I ou II” – este último nome, fazendo referência à Vila Santa Tecla, local onde estavam os galpões. Em Gravataí, encontra-se a coordenação estadual do Movimento, formada em sua maioria por homens. Ela está articulada com grupos de catadoras/es de vários municípios do estado do Rio Grande do Sul e dos demais estados do país. É importante deixar claro que quando falo em MNCR, na maioria das vezes estamos nos referindo ao contexto local deste movimento que é o qual tivemos mais contato. Não foi minha intenção fazer um estudo aprofundado sobre o MNCR e todas as suas instâncias, até porque sei que o Movimento tem peculiaridades relativas a cada região ou estado do país.

Durante os três últimos meses de realização dessa pesquisa fui contratado através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de uma entidade não governamental (Ong) para prestar serviços de assistência técnica a grupos de catadoras/es na região denominada Vale do Gravataí. O projeto denominado “Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: formação para a autogestão, assistência técnica e mobilização no estado do Rio Grande do Sul – (CATAFORTE)” foi financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – (MTE), Secretaria Nacional de Economia Solidária – (SENAES) e Fundação Banco do Brasil – (FBB). As principais atividades exercidas durante a vigência do projeto consistiram no planejamento e execução de módulos de formação para catadoras/es envolvendo aspectos relativos ao trabalho e aos direitos sociais; reuniões com equipes de formadores do estado e elaboração de relatórios mensais sobre as atividades realizadas, assim como, elaboração em conjunto com outras/os profissionais de uma cartilha que trata de temas relativos a Seguridade Social.

Gravataí tem 255.762 habitantes e seu território abrange 464 quilômetros quadrados. Os setores da indústria e de serviços são os que mais movimentam a economia do município⁶. Há grandes fábricas como um complexo automotivo multinacional e diversas indústrias e empresas de médio e grande porte. Embora essas informações não tenham a ver diretamente com o foco de nossa pesquisa, elas são importantes na medida em que consideramos a catadora e o catador como fazendo parte (mas não necessariamente incluídas/os) de uma cadeia produtiva através da atividade que exercem.

O primeiro contato, visando negociar a entrada no campo de pesquisa, ocorreu através de ligação telefônica para a sede do Movimento em julho de 2009. Antes disso, já havia entrado em contato por duas vezes com integrantes do MNCR, no período da graduação, e creio que isso facilitou um pouco a

⁶ Fonte: Censo Demográfico, 2010, IBGE.
In:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

minha entrada no campo. No dia em que fiz a ligação falei com Rosana⁷, integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, manifestei o interesse em fazer uma pesquisa com catadoras/es de materiais recicláveis organizados em associações ou cooperativas naquela cidade. Minha proposta foi ouvida com interesse. No entanto, a autorização para fazer a pesquisa não foi dada de imediato.

Apesar de ter sido manifestado interesse na inserção de pessoas ligadas à universidade(s) junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, foi necessário esperar alguns dias para que fosse tomada uma decisão conclusiva e em conjunto com outros membros do Movimento a respeito da abertura ou não para realizar a pesquisa. Aguardei por um período de dois meses, até obter a autorização para realizar a pesquisa.

Na primeira quinzena de setembro de 2009, foi feita uma reunião com Rosana em Porto Alegre, na sede de uma entidade que trabalha na elaboração de projetos sociais destinados principalmente a populações de baixa renda e/ou em situações de vulnerabilidade social. Essa entidade não governamental é parceira do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e cedeu-nos uma sala para conversarmos. O objetivo dessa primeira reunião, que durou aproximadamente quarenta minutos, foi apresentar mais detalhadamente a proposta de pesquisa e também tentar verificar quais eram as expectativas do MNCR quanto à minha presença no campo.

Naquela época, meu projeto estava em construção, por isso expliquei apenas em linhas gerais que pretendia realizar uma pesquisa que abordasse as relações de gênero no contexto de trabalho das/os catadoras/es. Disse que seria necessário ter um contato inicial com as/os catadores/as e com as atividades desenvolvidas por eles/as para, a partir dessas observações iniciais, definir melhor minhas pretensões enquanto pesquisador.

Rosana era branca, aparentava ter 30 anos e era mãe de um filho pequeno, de colo. Possuía graduação em agronomia. Explicou que como

⁷ Os nomes de todas as pessoas são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

integrante do setor de educação⁸, seu trabalho consistia em ajudar professoras/es voluntárias/os a planejar e executar as oficinas que a “Escolinha da Resistência Popular” oferecia. Na época, havia oficinas de escrita, teatro e de aulas de reforço. A Escolinha, como carinhosamente era chamada pelas/os alunas/os e professoras/es, localizava-se na Vila Pontilhão, em um grande galpão de madeira que servia para a realização de atividades (em turno oposto ao da escola) voltadas para filhas/os de catadoras/es residentes na vila.

Durante a conversa com Rosana, fiquei sabendo que havia pouca discussão sobre relações de gênero entre as/os catadoras/es ligadas ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. De acordo com a mesma, em determinada ocasião existiu uma tentativa dela e das catadoras que trabalhavam na Unidade de Triagem I (sobre a qual falarei mais adiante) em criar e dar continuidade a um grupo de discussões sobre relações de gênero. Aconteceram poucos encontros, contou Rosana, pois as integrantes acabaram se desmobilizando, depois que uma colega de grupo e de trabalho foi assassinada pelo marido. Conforme Rosana, o assassinato decorreu por ciúmes do marido em relação à catadora, que com o andamento do curso começou a tomar atitudes mais independentes em sua vida, as quais vinham incomodando o marido. As sucessivas brigas do casal culminaram no assassinato da catadora, em julho de 2008.

O caso do assassinato da catadora pareceu ter se tornado paradigmático, não somente para as trabalhadoras ligadas ao MNCR, mas, também para grupos como as mulheres do MST e o comitê Resistência Popular. Todo o dia 25 de novembro (dia de luta pelo fim da violência contra a mulher) ou em uma data próxima a ele, era (e ainda é) realizado um ato onde se reúne esse grupo, formado quase que exclusivamente por mulheres, para lembrar-se do ocorrido e homenagear sua companheira. Em um blog dedicado a informar sobre os eventos que ocorriam na Escolinha da Resistência, encontrei o texto do qual reproduzo alguns trechos a seguir, de autoria coletiva

⁸ O Movimento dos Catadores é dividido em setores que mais ou menos comunicam-se entre si. Alguns deles são os setores administrativo, de logística, de educação, etc. A coordenação do setor de educação está “aos cuidados” de uma integrante do Movimento.

das catadoras, feito em um desses encontros em lembrança da catadora morta.

[...] Maria era, como se diz, 'ponta de lança' na base de catadores [...]. Mulher com quem sempre se podia contar na luta, no trabalho, na solidariedade com as companheiras e companheiros. Trabalhadora, mãe de quatro filhos, não se mixava em sustentar sua família puxando seu carrinho de material reciclável, enfrentando mau tempo ou problemas de saúde que volta e meia lhe incomodavam. Lutadora, estava sempre presente nas marchas, atos, reuniões, opinando com seu jeito firme e forte, buscando a melhoria das condições de vida e trabalho. Combatendo a opressão daqueles que querem enfraquecer a luta dos catadores. E também por isso, Maria comentava com todos que estava se separando do marido. Que ele não queria que ela participasse de nada, que ele queria lhe dominar, e isso ela não aceitava. E por essa vontade, foi acabar nas mãos covardes de um [...] opressor. [...] O marido de quem Maria pensava ter se libertado de vez, assassinou-a de forma brutal, inacreditável, a golpes de machado e facão, no dia 29 de julho. Deixou um bilhete infame escrito 'Não trai mais'. O que é uma pessoa que faz algo assim? Será que é gente mesmo? Não foi capaz de entender que Maria não queria mais nada com ele? Pensou que ela era sua posse, sua propriedade, um objeto seu? Com certeza não sabe o que é ser gente, que as pessoas tem vontades e devem ter liberdade para fazer o que quiserem das suas vidas. Mas é assim que pensam os opressores, que podem fazer o que querem com a vida dos outros. E nos dá raiva saber que na batalha daquele dia, Maria estava sozinha. [...] Nas discussões que prepararam o nosso 8 de março [...], dia da Mulher Trabalhadora, a gente se perguntava como nós, como movimento social poderíamos ajudar as companheiras que enfrentam a violência doméstica. Maria era uma das que se preocupava com o problema, pensando mais em ajudar as outras do que pensando nela mesma. Cabe a nós agora, cada vez mais [...] achar respostas para essa pergunta. E fazer o que for possível para que a justiça seja feita com esse covarde, que desferiu golpes não só nela, mas em todas e em todos nós. Vai ser duro de agora em diante não ver a Maria sempre ao lado, como sempre estava, com seu olhar sério e cheio de dignidade. Seu rosto que mostrava a descendência índia, a herança guerreira que certamente trazia. Quando morreu o índio Galdino, queimado por filhinhos de papai em Brasília, seus companheiros de tribo disseram, conforme a crença deles, que a alma de quem é morto se mistura com a de seus iguais para seguir lutando dentro deles. Assim vai ser com Maria" (Catadoras do MNCR)⁹.

Além do dia 25 de novembro, o dia 8 de março também era homenageado pelas catadoras. Nesse, no entanto, nem sempre era garantida a presença das catadoras juntamente com os outros grupos nas manifestações públicas. Uma catadora me falou que em determinado ano recusaram-se a participar pelo fato de seu grupo não concordar com a "metodologia" que seria

⁹ Texto retirado da internet:http://4.bp.blogspot.com/_v_qoHLAfg4M/TPfggsms01I/AAAAAAAAAHg/KzZTNCw85a0/s1600/10.JPG

utilizada em um protesto. Segundo a catadora, o protesto envolvia a queima coletiva de exemplares de certo jornal da capital gaúcha, na frente da sua sede, situação esta que as catadoras achavam que “não ia dar em nada” e não tinha a ver com a luta delas.

Apesar de estar na pauta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (daquela cidade) considerar a dimensão das relações de gênero nas suas práticas, no cotidiano dos movimentos sociais e das/os catadoras/es, não ocorreram discussões muito significativas no que diz respeito a essa temática durante o período de realização da pesquisa.

Durante as reuniões – das quais participei de algumas - que eram realizadas semanalmente na sede do MNCR, debatia-se majoritariamente problemas relacionados ao trabalho das/os catadoras/es e ligados à própria articulação política daquele movimento social. Inclusive havia, dentro do Movimento, a separação entre reunião de base (onde só eram discutidos assuntos relacionados ao trabalho das/os catadoras/es) e reunião política (onde a pauta era estritamente relacionada ao que acontecia no meio político e de militância do MNCR). Nas reuniões de base, por serem tratados de assuntos relacionados à unidade de triagem, quase sempre se fazia presente a coordenadora do local e mais uma ou duas mulheres, juntamente com dois ou três homens ligados ao MNCR. Nas reuniões para discussão de assuntos estratégicos da política do Movimento, percebia-se um número maior de integrantes do MNCR do sexo masculino, sem haver mudança na participação feminina, novamente duas ou três mulheres se faziam presentes.

Após a inserção inicial no campo de pesquisa, minha participação enquanto pesquisador consistiu em acompanhar, observar e participar, na medida do possível, de várias ações desenvolvidas pelo núcleo do Movimento dos Catadores na cidade de Gravataí. Os primeiros meses de trabalho etnográfico ajudaram a delimitar os rumos que a mesma deveria tomar, de acordo com as negociações que foram surgindo no campo.

1.2 OS CADASTRAMENTOS

Nesta seção, tratarei de como me aproximei do grupo de catadoras e catadores que trabalhavam nas unidades de triagem do Bairro Santa Tecla (um dos locais onde realizei a pesquisa). O ingresso no campo de pesquisa ocorreu através do Movimento dos Catadores (como dito anteriormente) e, logo que cheguei até a sede de trabalho daquele movimento, acontecia uma mobilização entre os seus integrantes para que fosse realizado o chamado “cadastramento de catadoras/es” em bairros da cidade os quais tivessem número significativo de catadoras/es residindo. Juntamente com outras pessoas, tive a oportunidade de realizar o cadastramento em três bairros da cidade da região metropolitana de Porto Alegre onde fiz a pesquisa. Nos bairros Santa Tecla, Pontilhão e Tom Jobim.

Antes de começar o cadastramento nas residências, iniciei o trabalho pelas duas unidades de triagem de resíduos sólidos – também denominadas galpões de reciclagem – ligadas ao Movimento dos Catadores e localizadas/os no bairro Santa Tecla. A intenção do cadastramento de catadoras/es era fazer (através de questionário fornecido pelo Movimento) um mapeamento das condições socioeconômicas das/os catadoras/es da cidade e criar um banco de dados para o Movimento dos Catadores. Através desse instrumento, seria possível atrair catadoras/es interessados em se vincular ao projeto “coleta seletiva solidária” que se instaurava na cidade.

As informações obtidas, depois de organizadas, poderiam servir de indicativos para pesquisas futuras ou até mesmo, de instrumento de barganha do Movimento para justificar investimentos do poder público junto aos catadores e as catadoras. Obtive, no decorrer dessa pesquisa, autorização das pessoas que foram entrevistadas e também do Movimento dos Catadores para que suas informações fossem utilizadas por mim, com o devido sigilo resguardado. No total foram feitos 100 (cem) cadastros nos seguintes locais e na sequência em que estão colocados: nas duas unidades de triagem do Bairro Santa Tecla; no Bairro Pontilhão e no Bairro Tom Jobim.

O objetivo principal do projeto “coleta seletiva solidária” (citado no parágrafo anterior) era firmar contrato entre grupos de catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas e a prefeitura municipal. Essa iniciativa do Movimento dos Catadores previa que as prefeituras rompessem paulatinamente os contratos de coleta do material reciclável com as empreiteiras e passassem a negociar com entidades formadas por catadoras/es. Isso quer dizer que nos municípios onde houvesse esse tipo de acordo seria realizada a substituição gradual dos caminhões de coleta de material reciclável (e não de lixo) pela coleta feita pelas/os catadoras/es.

O cadastramento de catadoras/es e a inserção enquanto pesquisador (e apoiador) nas unidades de triagem ocorreram juntos. Coloco abaixo um trecho do diário de campo que fala da maneira como fui apresentado e me apresentei às/aos catadoras/es da unidade de triagem I:

Em uma terça-feira de manhã na última semana de setembro de 2009, fui apresentado às catadoras e catadores do galpão de reciclagem I por um integrante do Movimento dos Catadores. Seu nome é André, ele trabalha como motorista do caminhão do Movimento dos Catadores e também atua na militância política daquele mesmo. Tem menos de 30 anos, é negro e orgulha-se de ter nascido e sido criado na periferia de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. André apresentou-me sem fazer cerimônia, dizendo que eu era um ‘pesquisador e apoiador’ do Movimento dos Catadores. Bete, a coordenadora da equipe do galpão I ficou surpresa, pois, não fora avisada que estaríamos no galpão hoje. Perguntei se “os guris do movimento¹⁰” não tinham lhe avisado e ela respondeu que ninguém havia lhe falado nada, mesmo tendo conversado por telefone com um deles naquela manhã. Apesar de ter sido pega de surpresa, Bete autorizou que fossem feitos os cadastramentos com a equipe do galpão I, assim como a pesquisa. Esta última, no entanto, com certa cautela: ‘pra fazer a pesquisa tem que ser liberado pelo Movimento. Isso não é com nós, tem que ter autorização do Movimento, se eles autorizar não tem problema’. André que estava junto interveio e afirmou que a minha participação enquanto pesquisador já havia sido discutida em uma reunião com o Movimento. Bete então sinalizou positivamente. Como não houve uma reunião com todo o grupo de trabalhadoras/es tomei a iniciativa de me apresentar para cada um/a das/os que estavam presentes e pedi autorização para realizar o cadastramento e a pesquisa. Havia oito mulheres na parte superior do galpão, elas faziam a triagem inicial dos materiais recicláveis que chegam da rua todos os dias. Na parte de baixo do galpão, mais três pessoas – um catador que estava prensando papelão e duas catadoras organizavam

¹⁰ Termo utilizado eventualmente por alguns catadores/as que tinham ligação mais direta com os integrantes do Movimento e que exerciam alguma função de liderança junto a grupos de catadoras/es. Também usei essa expressão nos encontros de orientação.

o local onde estavam trabalhando. Enquanto uma mudava um bloco de fardos do lugar, a outra varria o piso. Depois de ter obtido o consentimento para realizar a pesquisa, combinei com as/os trabalhadoras/es que voltaria mais vezes à unidade de triagem (Diário de Campo).

Devo dizer que a estratégia de estar acompanhado de pessoas ligadas ao Movimento dos Catadores, como visto acima no trecho do diário de campo, também foi utilizada em outras situações da minha pesquisa, principalmente no início de abordagens, feitas a catadoras/es nas ruas e em suas casas, como veremos mais adiante. O fato de estar acompanhado de um dos “guris do movimento” e de ser apresentado e me apresentar como um integrante do Movimento certamente produziu efeitos de poder que teriam outra configuração caso eu não tivesse ligação com aquele movimento social.

No desenrolar da pesquisa, foi feita a escolha de acessar primeiramente o Movimento dos Catadores (portanto pela via institucional) ao invés de ir diretamente a grupos de catadoras/es nos seus locais de trabalho. Essa decisão pareceu-me mais sensata, pois eu não conhecia o contexto social e político das/os catadoras/es da região metropolitana de Porto Alegre, seus locais de trabalho, moradia e a possibilidade de abertura ou não para fazer a pesquisa. Os integrantes do Movimento eram catadores (embora alguns tivessem dificuldade em exercer tal função, devido ao forte investimento que as questões políticas da entidade demandavam), conheciam o território e poderiam me ajudar na aproximação com as/os catadoras/es). Entretanto, essa escolha teve efeitos na forma como um pesquisador homem é apresentado pelos ‘guris’ do movimento às trabalhadoras dos galpões.

2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa foi construída utilizando o método etnográfico, a partir do uso das ferramentas de observação participante e da escrita no diário de campo.

Beaud e Weber (2007) descrevem os três ingredientes ou condições necessárias para a realização de uma pesquisa etnográfica. São eles o *meio ou grupo de interconhecimento*, que diz respeito a um conjunto de pessoas que constituem o grupo com o qual se trabalhou; a *reflexividade ou autoanálise*, onde o pesquisador foca a análise sobre si e sobre sua relação com o grupo; e a última condição seria a *longa duração*, ou seja, um período suficiente para criar um lugar de reconhecimento no interior do grupo. Entendo que o trabalho etnográfico pressupõe maior envolvimento do/a pesquisador/a com os sujeitos da pesquisa, isso possibilita conhecer e ser conhecido e abre um leque maior de possibilidades dentro do campo. Tal percurso foge de métodos de pesquisa que promovem o distanciamento ou a separação entre pesquisador/a – pesquisado/a. Conforme (GEERTZ, 1978, p. 15):

Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. [...] praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e, assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. Embora não se trate de uma questão de métodos [...]o que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”.

De acordo com Fonseca (1999), é necessário que se contextualize historicamente e socialmente os sujeitos da pesquisa. Se não fizermos esse movimento, do particular ao global, não estamos fazendo uma análise etnográfica.

A mesma autora afirma que o fato de envolver “em geral um número pequeno de informantes e por insistir na importância do contato pessoal do antropólogo com seu “objeto”, o método etnográfico propicia, sim, o estudo da subjetividade” (FONSECA, 1999, p.63). Dessa maneira, meu problema de

pesquisa buscou compreender como se configuravam as relações de gênero e de trabalho no cotidiano de catadoras/es de materiais recicláveis da cidade de Gravataí e como ocorria a produção de subjetividade naquele contexto.

Como uma das estratégias de produção do corpus, utilizei o diário de campo. De acordo com Beaud e Weber (2007), o diário de campo é a principal ferramenta do etnógrafo. É um diário de bordo no qual se anotam diariamente os eventos da pesquisa e reflexões relativas ao que se observou e as interações estabelecidas no campo. Quando me encontrava no campo de pesquisa costumava tomar notas rápidas, em forma de tópicos que eram desenvolvidos quando retornava para casa. Eu me sentia pouco confortável em ficar escrevendo no diário na frente das pessoas, não conseguia prestar atenção ao que a a/o informante falava e ao mesmo tempo escrever. Além disso, eu observava que algumas pessoas se sentiam constrangidas. Lendo alguns teóricos da antropologia, me senti melhor por saber que não existia uma maneira única de utilização da ferramenta diário de campo, depende muito do contexto de pesquisa no qual se está inserido. Fontanari (2010), afirma que durante a realização de sua pesquisa em festas de música eletrônica costumava escrever no seu diário sempre no dia seguinte a visita ao campo, pois, sentia-se muito cansado para realizar tal tarefa logo depois das festas.

A escrita no diário de campo acompanha as observações participantes durante a pesquisa. A observação, conforme afirmam Eckert e Rocha (2008, p. 3) “é então esta aprendizagem de olhar o outro para conhecê-lo, e ao fazermos isto, também buscamos nos conhecer melhor”.

Durante a estada no campo, procurei estar e fazer observações em três locais onde as/os catadoras/es se faziam presentes: na rua, no galpão de reciclagem e nas oficinas de formação em um bairro. As oficinas de formação para catadoras/es eram realizadas uma vez por semana e o trabalho no galpão e na rua ocorria de segunda à sexta e eventualmente no sábado. Nestes espaços de trabalho e “fora do trabalho” buscamos, através do método etnográfico, compreender como se configuravam as relações de gênero e trabalho no contexto das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

Como já dito, o tempo de duração da pesquisa foi de dez meses. Nesse período, fazia visitas de uma a duas vezes por semana, geralmente, nas terças e sábados. A partir de maio de 2010, fui contratado pelo MNCR para trabalhar (de forma remunerada) em um projeto onde minha principal atividade era, juntamente com uma equipe de integrantes do Movimento, planejar e oferecer oficinas de formação para catadoras/es. Mais adiante, falarei sobre essa vinculação como trabalhador do MNCR e seus possíveis efeitos na construção da pesquisa, além das demandas que surgiram a partir desse ocorrido.

Para produzir a análise da pesquisa, utilizei a análise descritiva, própria da pesquisa etnográfica, além de teóricas feministas da sociologia francesa do trabalho, entre outras/os. Segundo Angrosino (2009, p. 90), a análise descritiva implica no “processo de tomar o fluxo de dados e decompô-lo em suas partes constitutivas, ou seja, que padrões, regularidades [e irregularidades] ou temas emergem dos dados?”.

Como suporte teórico para realizar a análise, utilizei também as orientações do “guia para a pesquisa de campo etnográfica”, de Beaud e Weber (2007). Seguindo tais orientações e munido do material escrito no diário de campo e das observações, procedi da seguinte maneira: primeiro reli o diário de campo e todas as minhas anotações. À medida que lia o material, separava em pastas nomeadas e datadas os eventos marcantes ocorridos no campo de pesquisa. Em um segundo momento, fiz uma nova leitura desse material que havia separado, dessa vez agrupando em pastas os eventos que estavam se repetindo, dando menor importância ao quadro cronológico e construindo uma estrutura lógica, a qual me possibilitou partir para a criação de categorias de análise como a relação das/os catadoras/es com seus corpos e as hierarquizações nos ambientes de trabalho, entre outras.

Dito de outra forma, a análise foi feita através da organização do diário de campo e do que foi observado. Ela consistiu em: a) *leitura panorâmica* do que tenho escrito e b) *elucidação das categorias* através da *descrição* do que vi em minhas anotações, em seguida fiz a *classificação* das notas, buscando

separar partes da descrição narrativa e identificando temas ou categorias (Angrosino, 2009, p.93).

3 INTERPELAÇÕES: ENTRE O PESQUISADOR E O PSICÓLOGO

Destacarei alguns episódios ocorridos na negociação com as pessoas durante o trabalho de campo atentando para as expectativas que foram produzidas a partir da relação com os sujeitos pesquisados.

Costa (2008) fala que existem “ritos de passagem”, “provas de ingresso,” quando se integra um grupo há pouco tempo. Isso varia de acordo com o campo de pesquisa e se existe, por exemplo, maior ou menor distância econômica e sociocultural entre o pesquisador e pesquisados, explica o autor. No primeiro dia de trabalho de campo, encontrei-me com Fernando, integrante do MNCR, tinha aproximadamente 25 anos e era catador em uma cidade próxima a Gravataí. Nessa ocasião, ele estava em uma borracharia, um local que servia de ponto de encontro e de discussão de assuntos geralmente comuns entre integrantes do Movimento e os donos daquele estabelecimento.

Apesar de estarmos no mês de setembro, fazia frio naquela manhã, Fernando que tomava mate com três pessoas a sua volta, olhou nos meus olhos com ar de seriedade (gesto usual dos integrantes do Movimento quando se dirigiam a alguma pessoa) e ofereceu-me uma cuia da bebida. Aceitei a sua oferta e aproveitei para me apresentar e iniciar uma conversa.

Esse encontro com Fernando e o episódio do mate me fez recordar de experiência semelhante quando fazia a graduação. Nela também fui testado nas primeiras visitas ao galpão de reciclagem através da prática da roda de chimarrão, feita nos intervalos de trabalho. Naquela ocasião, a coordenadora do galpão me oferecera um mate “lavado” – característica do mate que é cevado de manhã cedo e fica na cuia o dia inteiro, sem ocorrer a troca da erva, provavelmente por uma questão de economia. Não relutei em aceitar a gentileza e ingerir a bebida, o que parece ter surpreendido as catadoras que acompanhavam a cena e reagiam com cochichos e olhares de estranhamento. Algum tempo depois, observei que havia um estatuto que determinava quem poderia ou não tomar mate. Oferecer o mate era um gesto de confiança que

estava ligado ao tempo de interação do forasteiro com as/os integrantes do grupo e principalmente à maneira como isso ocorria. A concepção de divisão de classes estabelecida naquele grupo também parecia influenciar na escolha de quem poderia tomar o mate. Para pessoas com aparente poder financeiro maior que o dos catadores, como secretários municipais que visitavam o galpão, não era oferecido a bebida, a não ser que fosse um pedido do próprio visitante.

Na borracharia, entre um mate e outro, Fernando fazia perguntas relativas à pesquisa e se mostrou interessado quando soube que, entre outros temas, eu abordaria relações de gênero. O catador afirmou que achava importante esse tipo de pesquisa, pois não conhecia nenhum estudo que tivesse sido feito com catadoras/es e que abordasse a dimensão de gênero. Em sua opinião, não bastasse as mulheres sofrerem preconceito por serem catadoras, eram “oprimidas” mais ainda por serem pobres e negras, além de muitas (catadoras) sofrerem violência doméstica de seus próprios “companheiros”.

Na sequência da conversa com o catador integrante do MNCR, o mesmo perguntou se eu tinha ligação com algum movimento social, respondi-lhe que o movimento ao qual ele pertencia estava sendo a minha primeira possibilidade de relação mais próxima com movimentos sociais. No entanto, fiquei curioso em entender o(s) motivo(s) do seu questionamento – e se eu realmente tivesse experiência anterior com outros movimentos sociais quais seriam as possibilidades de inserção no campo? O mate e as perguntas que Fernando fazia estariam relacionadas a uma espécie de rito de passagem, de prova de ingresso?

[os ritos de passagem são] aquelas provas, mais ou menos explícitas, provas preparadas mais ou menos conscientemente que visam pontuar nosso ingresso no grupo estudado. São estas experiências nas quais nem sempre somos totalmente bem sucedidos que afirmam de maneira cabal nossa disposição ou recusa para experiências igualitárias (COSTA, 2008, p. 23).

Ao longo da pesquisa, passei a acreditar que aquela pergunta feita por Fernando também se relacionava ao campo de disputa que envolve os diversos movimentos sociais, cada um com as suas especificidades e interesses, ou seja, parecia importante saber com quem estavam se relacionando, se não estavam lidando com um “inimigo”. Aquela foi uma das primeiras sondagens feita pelos sujeitos que integravam o contexto empírico da pesquisa. Em outros momentos, fui convidado a participar de reuniões explicativas sobre o MNCR, seus princípios, sua estrutura organizativa e também era frequentemente questionado sobre meu posicionamento político em relação às classes populares e aos catadores.

Após alguns meses de trabalho de campo, percebi que havia certas críticas ou reservas dos integrantes do MNCR em relação aos chamados “técnicos”¹¹ que tiveram ou tivessem algum tipo de relação com aquele grupo, fosse enquanto pesquisador ou enquanto profissional de outras áreas.

Segundo informação de um dos integrantes do MNCR, era possível que essa situação em relação aos “técnicos”, viesse de relações anteriores com pesquisadores que teriam feito em seus trabalhos acadêmicos, críticas infundadas ao Movimento. Outro informante relatou que a relação por vezes conturbada com as/os técnicos era resultado de terem vivenciado e acompanhado práticas organizativas onde as/os catadoras/es não experienciaram um processo de autonomia e de controle dos processos de trabalho, e sim de subordinação total aos “técnicos”.

Na época em que fiz o trabalho de campo em Gravataí, o grupo do MNCR vivia um momento de reabertura para a aproximação de profissionais de diversas áreas que tivessem interesse em contribuir de alguma maneira com o Movimento. Ser minimamente identificado com os princípios e objetivos¹² de

¹¹ Note-se que a denominação “técnico” era utilizada como substantivo masculino, mesmo quando os integrantes do Movimento referiam-se à assistente social que realizava uma pesquisa naquele local.

¹² O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, desde a sua fundação em 2001, é norteado por seis princípios: Autogestão, Democracia direta, Ação direta, Independência de classe, Apoio mútuo e Solidariedade de Classe. O significado de cada princípio pode ser encontrado na página do MNCR na internet: www.mnrc.org.br

luta do Movimento era condição principal para ter acesso à organização, seja como voluntário, trabalhador remunerado ou pesquisador. As contribuições dos técnicos poderiam ser oferecidas no sentido de ajudar a pleitear recursos através da elaboração de projetos voltados para a melhoria das condições de trabalho das/os catadoras/es. Os projetos poderiam contemplar recursos para educação continuada de grupos de catadoras/es; investimentos em infraestrutura de galpões e materiais de trabalho das/os catadoras/es como carrinhos, prensas, equipamentos de proteção individual, etc. A exigência feita e reiterada, contudo, é que à *frente* de todos os processos estivesse um “*catador*”¹³, condição defendida firmemente pelos integrantes do Movimento, talvez como forma de reivindicar e afirmar uma identidade, uma profissão.

Em uma das reuniões que participei, um informante afirmou que “[...] antes o MNCR era mais contra essa lógica dos técnicos, aí a gente viu que estava se dando mal, ficando pra trás [em comparação com outras entidades], por isso, a ideia agora é tentar entrar no sistema para poder obter os recursos.” O fato de haver, no entanto, uma abertura maior ao trabalho das/os pesquisadoras/es e técnicas/os no Movimento dos Catadores, não impedia que fossem feitas cobranças e críticas aos mesmos. Um exemplo disso ocorreu após o primeiro mês de trabalho de campo em uma reunião na qual se discutia o papel e a “utilidade” das/os pesquisadores para o Movimento, de onde retiro a seguinte interpelação feita por um ativista: “Acho que tá na hora de vocês (referindo-se também à assistente social¹⁴ que fazia uma pesquisa de doutorado) começarem a agir, já faz um tempo que vocês tão aí e até agora não vi nada”.

¹³ Considerando que o núcleo ou sede do MNCR, um dos lugares da pesquisa, é composto majoritariamente por homens e que há – como falaremos mais adiante – espaços bem delimitados de participação feminina (e masculina), é importante se indagar se seria possível conceber a existência de uma *catadora* à *frente* dos processos de organização política e não somente na organização produtiva do trabalho, como é o caso das coordenadoras de unidades de triagem.

¹⁴ Joana, aproximadamente 40 anos, pesquisadora do Serviço Social iniciou suas atividades de pesquisa na mesma época que eu. Além das viagens que fizemos de carro de Porto Alegre a Gravataí, participamos de vários encontros e reuniões onde trocamos ideias e dividimos angústias acerca de nossas pesquisas e do que acontecia de modo geral no campo de pesquisa.

Esse questionamento foi importante para pensar que existiam expectativas em relação ao que eu poderia oferecer não só enquanto pesquisador, mas, talvez mais ainda, como apoiador/psicólogo do Movimento – posição que foi solicitada desde o início da pesquisa. Havia demanda por maior participação nas atividades que estavam sendo executadas pelo MNCR, principalmente nas que poderiam ser realizadas a partir de um suposto saber técnico da Psicologia. “Agir”, nesse sentido, significava fazer valer uma *relação de troca* que fora estabelecida quase que implicitamente como condição de entrada e permanência no campo de pesquisa. Em outras palavras, “permitimos” que tu faças a pesquisa, agora queremos saber o que tens mais a nos oferecer, qual a tua contrapartida.

Dentro desse contexto que demandava o agir psicológico, em outra ocasião fui solicitado para que fizesse um “diagnóstico” - termo utilizado por Júlio, integrante do Movimento – a partir da visita inicial a setenta famílias de catadoras/es. A função dessas visitas seria a de realizar uma seleção de quais pessoas teriam condições de trabalhar como catadoras/es no processo de coleta seletiva que se iniciava no município, e do qual, a cooperativa (Unidade de Triagem) ligada ao Movimento (Santa Tecla I) faria parte.

Causou-me estranheza, no entanto, dois pré-requisitos que eu deveria, segundo Júlio, observar caso fizesse o trabalho: procurar identificar e evitar a seleção de pessoas que tivessem problemas com bebidas alcoólicas ou que tivessem antecedentes criminais e fossem oriundos/as do sistema prisional. Segundo esse integrante do Movimento, naquele momento, seria importante selecionar setenta catadoras/es que não se enquadrassem naquelas duas situações, pois, qualquer incidente (algum catador que bebesse ou brigasse na rua, por exemplo) poderia acarretar prejuízos no contrato que estava se estabelecendo entre cooperativa de catadores/as e prefeitura.

Conforme Júlio, não se tratava de excluir ninguém, pois, as pessoas que não fossem selecionadas nesse primeiro momento, poderiam ser numa ocasião posterior, depois que passassem por uma capacitação adequada. De fato, Júlio estava bastante preocupado com a possibilidade das coisas não

darem certo. Era um contrato recente com a prefeitura e se a cooperativa por algum motivo perdesse-o, a coleta de materiais recicláveis estaria totalmente entregue às empreiteiras novamente e os/as catadoras/es organizados poderiam cair em descrédito. No entanto, não havia garantias - expliquei-lhe, dizendo que não poderia prestar tal serviço – que as setenta pessoas que fossem selecionadas não viessem a beber e/ou cometer um crime. E talvez a única garantia que poderia lhe dar é que estaríamos reforçando ainda mais o preconceito e o estigma sobre quem usa drogas ou quem passou pelo sistema prisional, caso fizéssemos a seleção da maneira como estava sendo proposta.

Considero que as situações descritas nesse capítulo possam ser encaradas, além de “provas de integração e permanência”, como interpelações feitas pelos sujeitos do campo de pesquisa, colocando-me enquanto pesquisador e/ou psicólogo (é importante falar que durante a pesquisa - e depois dela também - nunca ficaram claro os limites, as fronteiras de trânsito entre uma atribuição e outra) numa determinada disposição de quem detinha um suposto saber e que poderia, portanto, exercer certa relação de poder naquele contexto. Também estava em jogo a legitimidade de ocupar um lugar como integrante do Movimento, embora fosse um lugar que tinha certas restrições, afinal eu era um “técnico”. Acredito que Joana, a assistente social também sofria pressão semelhante a minha, pois, também era colocada nesse lugar de “técnica”. Por ter uma postura mais atuante, estava propensa a se envolver em situações que a ela eram demandadas com mais facilidade. Não foi este o caso, mas lembro de uma ocasião em que o Movimento propôs que ela ajudasse uma assistente social vinculada ao município, que não estaria “dando conta” da elaboração de um projeto que visava obter recursos para a construção de um galpão de reciclagem.

4 OPERADORES CONCEITUAIS

Destaco a seguir os operadores com os quais procurei dialogar no decorrer dessa pesquisa:

4.1 RELAÇÕES DE GÊNERO

O conceito de gênero tem passado por várias transformações, sendo foco de disputas teórico-políticas entre as/os mais diversas/os autoras/es. Discorrerei brevemente sobre algumas produções que ajudam a visualizar um pouco da trajetória desse conceito até o presente momento, assim como da sua ligação com o movimento feminista, sem a pretensão, é claro, de reinventar a roda.

Antes de ser apropriado pelas teóricas feministas, o conceito de “gênero,” foi utilizado de diversas maneiras, desde uma forma de classificar as espécies, utilizada pela Biologia, até o seu uso no campo da literatura, por exemplo, para descrever um determinado gênero literário ou, na Gramática, aparecendo na forma de gêneros gramaticais.

A questão da língua de cada país e da linguagem é muito importante quando se trata de definições de conceitos. Na tradução para o português do texto de Haraway (2004), escrito sob a encomenda de criar um verbete para um dicionário marxista, a autora aponta as dificuldades que teve na elaboração de tal verbete. No caso dos Estados Unidos, país da escritora, gênero e sexo eram escritos e falados de forma diferente. Já no caso da língua alemã, por exemplo, havia apenas uma palavra para designar ambos, o que constituía um grande problema no que diz respeito à tradução. De acordo com Haraway (2004), as diferentes formas de escrever e falar “sexo” e “gênero” estavam relacionadas com o contexto político e histórico de cada país, nos quais tais termos foram construídos.

Outras autoras (Louro, 2008; Pereira, 2004; Nogueira, 2001) afirmam que o conceito de gênero começa a ser gestado no contexto do feminismo, que

emerge a partir das lutas das mulheres, ao longo do século XX. Inicialmente, na chamada “primeira onda”, (a qual surge, aproximadamente na metade do século XIX) com o sufragismo - a luta pelo direito ao voto -, tendo sequência, ao fim da década de 1960 (segunda onda), onde, aliado às preocupações sociais e políticas da época, emerge a produção teórica sobre o tema “mulheres”. Publicações de revistas, jornais e livros marcam o ressurgimento do movimento feminista, o qual foi impulsionado por um cenário político mais amplo e com objetivos variados, envolvendo outros movimentos no contexto do “maio de 68” (Louro, 2008). É nesse cenário, pulverizado pelos debates entre militantes feministas, acadêmicas ou não, que o conceito de gênero começa a ser concebido, surgindo os estudos sobre as mulheres, visando “denunciar” as condições de opressão e desvantagem nas quais elas se encontravam (Id, 2008).

Na chamada terceira onda do feminismo, nos anos 1980, há um deslocamento dos chamados estudos sobre a mulher para o estudo das relações de gênero, concebidas como construções históricas, políticas e discursivas. As preocupações feministas “[...] concentram-se na análise das diferenças e da alteridade. [...] O desafio dessa fase que nos é contemporânea, é pensar paradoxalmente, diferença e igualdade” (NARVAZ, 2009, p. 43). Ou seja, não centrar a busca somente na luta por igualdade entre os sexos, tampouco, apenas na afirmação das diferenças, como visto nas outras “fases”. Trata-se de pensar em certo desequilíbrio destas concepções. A autora referida acima afirma que as teorias pós-estruturalistas de gênero surgem no contexto da ligação entre o feminismo político e o feminismo acadêmico (Id, 2009).

Em nossa busca por referenciais teóricos que contemplassem gênero e trabalho, encontramos duas autoras que tem produções importantes nessas duas áreas.

Daniele Kergoat e Helena Hirata são algumas das teóricas que realizam a discussão sobre relações de gênero na interface com o trabalho desde o final da década de 1970. Elas abordam, entre outros assuntos, a questão da divisão sexual do trabalho e sua relação com as transformações ocorridas no mundo

do trabalho no decorrer dos últimos anos. É possível afirmar que estas autoras são influenciadas pela perspectiva feminista de cunho socialista.

Segundo Nogueira (2001), o feminismo socialista usa como argumento central a suposição de que a atual subordinação das mulheres na sociedade é consequência do capitalismo. Por se tratar dessa perspectiva, é preferível não utilizar o termo “relações de gênero” e sim, “relações sociais de sexo”. Hirata (2002, p. 278), as define como “as interpretações das relações sociais sexuadas e da divisão sexual do trabalho [...] campo das ‘pesquisas feministas e das pesquisas sobre as mulheres’[...]”.

As/os feministas socialistas pregam a igualdade entre os sexos e enfatizam a importância da luta histórica contra a dominação masculina. Nesse contexto, afirmam que:

A exploração por meio do trabalho assalariado e a exploração do feminino pelo masculino são indissociáveis, sendo a esfera das relações de classe aquela em que, simultaneamente é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA 2002, p. 277).

O conceito de divisão sexual do trabalho surge na França em 1970, fortemente influenciado pelo movimento feminista da época. De acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a forma como ocorre em determinado contexto histórico a divisão do trabalho a partir das relações sociais de sexo. Essa concepção coloca os homens como senhores do espaço público e da produção enquanto às mulheres é destinado o espaço privado e a reprodução.

Kergoat (2003, p. 56) afirma que essa forma de divisão social do trabalho opera a partir de dois princípios: “o princípio da separação - existem trabalhos de homens e de mulheres – e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher.” Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que tais princípios são legitimados pela ideologia naturalista que “[...] rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sexuais a ‘papéis sociais’ sexuados, que remetem ao destino natural da espécie.”

As relações sociais de sexo são consideradas por Kergoat (2003) como um tensionamento que atravessa o campo social e produz fenômenos sociais. O que está em jogo na produção destes fenômenos, constitui os interesses antagônicos entre homens e mulheres. A partir das disputas entre grupos masculinos e femininos na esfera do trabalho, a autora apresenta as seguintes proposições: “relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeux*¹⁵ das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2003, p.58).

Retomando Pereira (2004), em seu artigo “Gênero: Dilemas de um conceito”, temos alguns modelos interpretativos presentes ao longo da história do feminismo, tais como o *sistema sexo-gênero*, de Gayle Rubin, onde gênero é tido como o “conhecimento sobre a diferença sexual” (p.179); *Gênero como uma construção cultural e como categoria radicalmente arbitrária*, onde o gênero é apresentado não como uma diferença natural e biológica, mas como uma combinação do simbólico, cultural, histórico e econômico (p.181); *O conceito de gênero sob a ótica do habitus e do poder simbólico de fazer ver e fazer crer de Bourdieu*, que defende que a ordem social inculca normas e valores, naturalizando-os e por isso tornando-os uma forma de violência simbólica (p.183); *O construcionismo de gênero*, que evidencia que as relações de gênero não são claras, simétricas e lineares e que os papéis de gênero são sempre contestados e negociados (p.185); *A desconstrução do gênero*, onde se destaca a ideia de que o “gênero é um assumir certa espécie de corpo, um estilo de vida de viver o corpo no mundo, não é um ato radical de criação, mas de interpretação” (p.187). Essas definições refletem a trajetória de construção de um conceito, que assinalam as inquietações que vão surgindo ao lado de modelos teóricos e interpretativos que tentam explicá-lo. Para a análise da interlocução entre relações de gênero e trabalho, utilizaremos a vertente teórico do socialismo francês além de autoras que tratam dos estudos de gênero e do corpo contemporâneos.

¹⁵ Conforme a tradução desta autora significa algo que “está em jogo, em disputa”.

Como se configuram as relações de gênero e de trabalho no cotidiano de catadoras/es de materiais recicláveis da cidade de Gravataí e como se dá a produção de subjetividade nesse contexto? Para além desta questão norteadora cabe perguntar: como são (des) construídos os corpos que trabalham com o lixo e que norma(s) o(s) subjetivam? Uma maneira de discutir gênero e trabalho é partir da suposição de que ambos são constituintes de relações de poder e ocupam lugar central na maneira como os sujeitos são construídos, isto é, estão presentes nos modos e processos de subjetivação que constituem tais sujeitos. Trazendo isso para nosso contexto de pesquisa, talvez seja possível afirmar que o gênero (como norma regulatória) produz modos de ser catadora e de ser catador.

Como já mencionado, na maioria dos galpões de reciclagem a coordenadora era mulher, já as coordenações das instâncias de discussão política do Movimento dos Catadores são compostas exclusivamente por homens. Guardada as proporções e contextos históricos, perguntamos se é possível fazer uma analogia com um modelo tradicional das relações de gênero: às mulheres a casa (galpão de reciclagem), aos homens a política, a vida pública. E ir além de uma reflexão pautada por um modelo binário, é possível? Creio ser esse um dos desafios que proponho nessa pesquisa.

4.2 TRABALHO

Assim como as supostas identidades estáveis em relação a gênero e sexualidade, foram/são perturbadas e desconstruídas por algumas concepções pós-estruturalistas, de maneira análoga, podemos afirmar que as concepções de trabalho tradicionais também vêm sofrendo mudanças? Transformações, metamorfoses, movimento, fluidez. São termos utilizados por diversos/as teóricos/as na tentativa de definir ou conceituar as noções de trabalho no contemporâneo e suas implicações na vida social. A seguir, utilizaremos alguns destes/as autores/as a fim de tentar compreender, dentro do que pretende nossa pesquisa, o contexto de trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

De acordo com Gorz (2007, p. 21), atualmente “o que chamamos ‘trabalho’ é uma invenção da modernidade”. Para esse mesmo autor, o trabalho tal como concebido contemporaneamente, não tem nada a ver com os nossos pequenos afazeres diários, responsáveis pela manutenção de nossa existência. Gorz (2007) explica que o trabalho é a maneira pela qual somos reconhecidos na sociedade, é aquilo que exercemos fora do âmbito privado, na esfera pública e que é remunerado.

É esta configuração do trabalho associada à proteção social que Castel (2007) vai chamar de sociedade salarial¹⁶, na qual a partir do final do século XIX, ocorre o processo de transformação do trabalho em emprego, ou seja, “em emprego protegido, com status” (Id, 2007, p.240).

Essa condição, no entanto, passa a ser problematizada por Castel e outros autores, a partir do momento em que sucessivas crises na sociedade capitalista expõem a “fratura social”, visibilizada nas novas configurações que o trabalho vai assumindo. Emerge então uma nova questão social¹⁷.

¹⁶ “[...] uma sociedade salarial é, sobretudo, uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu *status*, sua proteção, sua identidade (CASTEL, 2007, p. 243)”.

¹⁷ Questão social “é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. [...] É

A nova questão social hoje parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (CASTEL, 2007, p. 239-0).

Nesse sentido, apesar das transformações sofridas e do enfraquecimento da sociedade salarial, o trabalho ainda é concebido como “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24).

Em busca de uma definição para esse conceito, tão abalado pelas transformações que vem sofrendo, a autora abaixo afirma que:

[...] trabalho pode ser definido como um conjunto de infinitas possibilidades de articulação das fontes naturais e sociais que possibilitam a utilização da potencialidade criativa humana para a produção da vida (criação) e de sua manutenção (sobrevivência). Este trabalho, na forma assumida na sociedade capitalista, está subjugado aos jogos de poder, especialmente aqueles construídos na relação Capital – Trabalho, que legitimam os saberes que lhes dão conteúdo. O saber sobre o trabalho remete aos saberes legitimados sobre o trabalho (TITTONI, 2007, p.95).

Através da realização desta pesquisa, foi possível perceber que muitas/os catadoras/es, ao contarem como transformaram-se em catadoras/es, afirmam ter vindo do interior do estado, muitos originariamente da zona rural (geralmente catadoras/es que tem em torno de 50 anos ou mais).

Outras/os trabalhadoras/es nasceram na região metropolitana de Porto Alegre ou na capital, tendo passado por diversos empregos em indústrias, fábricas ou empresas dessa região. Por não ter conseguido acompanhar as rápidas mudanças ocorridas através da reestruturação produtiva¹⁸, foram demitidas/os (ou não admitidas/os) por uma série de razões, entre elas, insuficiência de estudo, idade avançada, ausência de qualificação ou, por não

um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência (CASTEL, 2007, p.238)”.¹⁸

A discussão das transformações contemporâneas do trabalho é associada, fundamentalmente, à reestruturação produtiva iniciada com a crise do fordismo nos anos 70, nos países industrializados e que se instala definitivamente nos países de economia periférica, como o Brasil, no final dos anos 80 e início dos anos 90. A reestruturação produtiva pode ser definida como a transformação do modelo de acumulação taylorista-fordista no contexto do estado-nação para a acumulação flexível no contexto da globalização (NARDI, 2006, p. 53).

ter condições de pagar alguém para cuidar dos filhos, no caso das mulheres que conhecemos durante a pesquisa.

A catação para esses/as trabalhadoras/es parece surgir como alternativa ao desemprego e também, em grupos de catadoras/es mais frágeis e não integrados a associações, como forma de sobrevivência imediata. Muitas/os catadoras/es traduzem o seu dia a dia na descrição fiel do dito popular: “trabalhar de dia para comer de noite”.

De acordo com Nardi (2006, p. 144), “os dispositivos de invalidação social constituem o elemento unificador das trajetórias de vida no mercado informal”. Tais dispositivos são multifacetados e tem ligação na maneira como no Brasil se constituíram as formas de dominação relativas ao contexto brasileiro do capitalismo, baseados “na inferiorização da mulher, do pobre, do negro, do analfabeto e do morador de periferia” (Id, 2006, p. 147).

Pensar os processos de subjetivação na interface entre trabalho e relações de gênero também remete à relação entre subjetividade e trabalho, que diz respeito “a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho” (NARDI e RAMMINGER, 2008, p.341).

4.3 AS/OS CATADORAS/ES E O TRABALHO DE CATAÇÃO

No Brasil, de acordo com Barros e Pinto (2008) a atividade de catação remonta a mais de 50 anos. Dias (apud Do Carmo, 2008) afirma que a atividade de catação existe desde a década de 1930, feita por migrantes nordestinos nas ruas de Belo Horizonte. Não existe um consenso sobre o período em que iniciaram as primeiras atividades de catadoras/es tanto no Brasil como em outros países. De acordo com Freitas e Neves (2008), por volta de 1940, em Belo Horizonte, os/as pedintes e catadores/as já se faziam presentes na paisagem urbana. Segundo um depoimento colhido de um catador ligado ao MNCR, desde os anos de 1950, em São Paulo, já se notava a presença de pessoas que coletavam papelão e ossos nas ruas e em estabelecimentos comerciais. Do Carmo (2008, p.100) indica que há muitas falhas no que diz respeito aos registros sobre a atividade de catação, no entanto, é uma atividade tradicional, sendo considerada como “a mais antiga atividade de recuperação do lixo em muitos países”.

As denominações que estes/as trabalhadores/as recebem também são as mais diversas de acordo com o contexto nos quais estão inseridos. Conforme Do Carmo (2008, p.98)

de acordo com o local, aqueles que têm a cata do lixo como meio de subsistência recebem diferentes denominações: *'packs and teugs'* em Dakar, *'wahis'* e *'zabbaleen'* no Cairo, *'gallinazos'* na Colômbia, *'chamberos'* no Equador, *'buzos'* na Costa Rica, *'cirujas'* na Argentina, *'catadores'* no Brasil, *'scavengers'* ou *'garbage pickers'* em países de língua inglesa, *'pepenadores'* ou *'resoqueadores'* no México. Para Sicular (1991), porém, haveria diversas formas de agrupar os catadores, conforme o critério a ser utilizado: local em que operam (catam), tipos de materiais que procuram, tipo de moradia em que residem e, tipo de relação destes com os compradores.

As/os catadoras/es são sujeitos que buscam seu sustento através do material reciclável produzido no meio urbano e o tipo de material a ser reciclado varia conforme a demanda comercial de cada época (Id, 2008). O local de trabalho das/os catadoras/es é a rua, coletando o material reciclável nos cestos de lixo; nos galpões, participando do processamento do material

reciclável ou em suas casas que muitas vezes servem de depósitos do material reciclável.

Quando se está nas ruas de cidades com as dimensões de Porto Alegre, por exemplo, vê-se o transitar de diversas pessoas que, de uma forma ou de outra, sobrevivem da atividade da catação. Um olhar mais atento verificará que existem alguns “tipos” de catadoras/es. Alguns/umas estarão com um saco plástico nas costas utilizado para guardar o material que catam; outras/os andarão com uma espécie de carrinho de supermercado pelas ruas, coletando o material reciclável; outros utilizarão carroças e, mais raramente, veículos em mau estado, ou ainda veículos elétricos fornecidos pelos municípios para minimizar o esforço físico. É possível afirmar que o universo da catação é bastante heterogêneo no que diz respeito à finalidade que cada um/a dá para aquele trabalho.

A partir da observação participante pode-se afirmar que há catadoras/es que realizarão aquela atividade para suprir momentaneamente, com o pouco rendimento de um dia de trabalho, sua dependência em relação a algum tipo de droga; outras/os estarão buscando na catação uma renda extra, além do outro trabalho que já realiza. Alguns trabalharão sozinhos, por decisão própria, ou em associações ou cooperativas, através de acordos mais ou menos solidários entre suas/seus companheiras/os de trabalho. Haverá também aquelas/es que permanecerão na catação por conta de uma dívida que “nunca termina” com o seu empregador.

Enfim, os contextos são os mais diversos possíveis. Acreditamos que o ponto em comum entre eles, em maior ou menor grau, é o fato de ser um trabalho precário e vulnerável, necessitando de muita discussão sobre as formas de torná-lo um trabalho com melhores condições de ser realizado.

Conforme Gonçalves (2003), a atividade de coleta seletiva é realizada há várias décadas no Brasil através do trabalho informal feito por catadoras/es. Essa autora afirma que as/os catadoras/es sempre estiveram presentes com mais ou menos intensidade no processo de gerenciamento dos resíduos. A coleta seletiva, enquanto processo que visava separar os materiais, passíveis

de serem reutilizados, desenvolveu-se significativamente em vários países, sendo os Estados Unidos, aparentemente, os pioneiros, no início do século XX (Calderoni, 2003).

A primeira experiência de coleta seletiva no Brasil foi implantada em 1985, em um bairro de Niterói (Id, 2003). Atualmente, as prefeituras são as responsáveis pela coleta seletiva nos municípios. No cenário atual de disputa pelos resíduos, resumidamente falando, teríamos de um lado as/os catadoras/es, utilizando-se da coleta manual e, de outro, as empreiteiras contratadas pelas prefeituras, com a coleta mecanizada.

Essa disputa entre catadoras/es e empreiteiras se torna mais aguda em cidades onde existam grupos de catadoras/es organizados em cooperativas, como é o caso em nosso campo de pesquisa. Na medida em que esses grupos se organizam, podem cobrar dos órgãos públicos a implantação da coleta seletiva feita exclusivamente por catadoras/es (previsto em lei nº 11.445-7). Isso já é o que vem ocorrendo na cidade onde foi feita a pesquisa.

Outra dificuldade que as/os catadoras/es enfrentam no seu processo de organização é a dependência que se cria em torno dos atravessadores de mercado. São pessoas que, ao avesso dos “empreendimentos solidários”, montam pequenas ou médias empresas, muitas vezes clandestinas e compram os materiais coletados pelas/os catadoras/es, pagando o que lhes for conveniente e, muitas vezes “roubando na balança”¹⁹.

As relações estabelecidas com os atravessadores são viciosas. Uma estratégia bastante comum utilizada pelos atravessadores é o pagamento à vista para as/os catadoras/es da sua carga entregue no dia. Assim que a carga é entregue e pesada, é efetuado o pagamento da mesma. Cria-se com isso, uma espécie de ilusão de que sempre se terá dinheiro, quando o contrário é o que acontece, pois, elimina-se a possibilidade de ter um planejamento a curto-

¹⁹ Termo utilizado pelas/os catadoras/es para designar um dos artifícios que o atravessador utiliza visando ludibriar a/o catadora/r. Aproveitando-se muitas vezes de aspectos como o baixo grau de escolaridade de algumas/uns catadoras/es, os atravessadores modificam a regulação da balança, colocando sempre para pesar menos que o real.

médio prazo para efetuar o gasto do dinheiro. Dessa forma, as necessidades das/os catadoras/es que já eram pautadas pelo imediatismo, se reforçam.

Mudanças como a implantação de uma coleta gerida por catadores/as e o reconhecimento (legal) da categoria catador/a como profissão, assim como, políticas que visem à eliminação do atravessador e busquem alternativas mais justas de negociação, podem contribuir para que essas/es trabalhadoras/es enfrentem formas menos precárias de se relacionar com o trabalho. Não se trata de considerar a catadora e o catador como excluídos ou vítimas da sociedade, mas, como parte importante da cadeia produtiva de materiais que, embora marginalizado e não reconhecido socialmente, tem conseguido avanços significativos através da luta social.

Os desafios desta categoria de trabalhadores/as parecem ser muitos. De acordo com Telles (1994 p. 99):

As atividades no mercado informal, por mais constantes e persistentes que venham a se tornar, não são consideradas trabalho, sendo este a rigor definido por referência à carteira de trabalho assinada que lhes confere identidade e lhes garante direitos sociais, tudo o mais caindo na categoria genérica das atividades de sobrevivência, algo como 'viração' que, a rigor, caracteriza o pobre, mas não o trabalhador.

Ainda nesse contexto, Gonçalves (2004) afirma que as/os catadoras/es de materiais recicláveis podem ser vistos como exemplo de atores de longa data no cenário brasileiro, tal como a separação de produtos e roupas já usados para a doação aos "menos favorecidos". Nos dias de hoje, o catador apresenta novas características e especificidades.

Se antigamente catar lixo era uma atividade realizada somente pela mendicância com o intuito de conseguir alimentos e roupas para o uso pessoal, atualmente o catador de material reciclável é parte integrante da cadeia da reciclagem no país (GONÇALVES, 2004, p.27).

A atividade de catação, como descrevem Dias e Matos (2008), passou de um status de marginalização para um processo de reconhecimento do papel histórico das/os catadoras/es como "agentes sócio-ambientais". Um exemplo dessa mudança é a construção de programas nacionais, estaduais e

municipais de apoio ao trabalho das/os catadoras/es. Um exemplo foi a criação do “Fórum Lixo e Cidadania” em 1998, com o apoio da UNICEF, o qual buscava a erradicação do trabalho de crianças nos lixões, assim como, a gradual extinção dos lixões a céu aberto e melhores condições de trabalho para as/os catadoras/es (Id, 2008).

Nesta direção, foi criado, em 2003, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, a partir da pressão exercida por movimentos como o MNCR. O comitê trabalha juntamente com outros dez órgãos federais na elaboração de ações voltadas para a área do gerenciamento dos resíduos, em especial as/os catadoras/es. “Nos últimos dez anos, recursos de diversos programas federais passaram a ser alocados no setor de resíduos sólidos, em especial, em programas específicos de capacitação de catadoras/es” (Id, 2008, p.254).

Devemos considerar também que é recente a visibilidade que o tema “catadoras/es” vem tendo na sociedade e “embora tenha crescido o número de trabalhos acadêmicos sobre catadores organizados em cooperativas e associações, a questão das relações de gênero é pouco explorada analiticamente²⁰” (CRIVELLARI et al. 2008, p.311).

²⁰ Como também constatei em revisão feita nas bases de dados.

4.4 REVISÃO DE LITERATURA

No período de Outubro a Dezembro de 2009, fiz uma revisão de literatura acerca de dissertações, teses e artigos produzidos entre 2004 e 2009, que tratassem dos temas relações de gênero e trabalho de catadoras/es. Foram encontrados 244 trabalhos que focavam na discussão no trabalho dos catadoras/es. Contudo, uma quantidade pequena de autoras/es discutia trabalho na interface com relações de gênero. Essa revisão possibilitou uma ideia da produção dos anos de 2004 a 2009 sobre catadoras/es e relações de gênero, ficando evidente que essa abordagem necessita ser aprofundada.

A maioria das referências foi acessada através do Portal de Periódicos CAPES. Os descritores, escolhidos por mim e também sugeridos pelos orientadores e pelas bibliotecárias do Instituto de Psicologia e da Biblioteca Central, foram escolhidos em três línguas, sendo feita uma busca maior nas bases de dados nacionais, utilizando o método de busca por “palavras”. Abaixo seguem os descritores e em quais idiomas foram procurados.

Descritores em Português: catadores; catadoras; recicladores; coletores de lixo; catadores de papel; economia solidária.

Descritores em Inglês: garbage pickers; collectors of recyclable materials; solid waste segregators; garbage collectors; waste pickers and collectors.

Descritores em Espanhol: cartoneros.

As bases de dados pesquisadas foram: Banco de Teses CAPES; Bireme Repidisca; Google Acadêmico, Scielo, Portal Domínio Público e Lume-UFRGS (textos completos); Index Psi; Lilacs; Psyc Info; Textos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; OIT e Ministério do Desenvolvimento Social; CSA; Medline; Sage e Wilson Web.

A ideia principal dessa revisão foi averiguar quais trabalhos de pesquisa incluíam a discussão sobre relações de gênero nas dissertações, teses e

artigos que tinham como tema central a pesquisa com catadoras/es. Parti da hipótese de que havia pouca produção nesse âmbito, o que se confirmou após fazer a leitura dos resumos e textos completos. Exporei, a seguir, alguns pontos importantes para a pesquisa, surgidos a partir da revisão de literatura.

Bosi (2008) apresenta uma revisão de literatura compreendendo os anos de 1985 a 2005 - sobre aspectos da organização do trabalho das/os catadoras/es de material reciclável. Nessa revisão foram encontramos as produções teóricas sobre estas/es trabalhadoras/es divididas em três temas: a) as que as/os consideram como “excluídos” e vêem a reciclagem como alternativa de renda; b) as que falam em construção de “novos sujeitos” e, c) as que abordam as/os catadoras/es como um tema de saúde pública. O autor supracitado afirma que, particularmente, no campo das Ciências Humanas e Sociais, as duas primeiras abordagens “têm sido predominantes e, não raras vezes, são apresentadas articuladamente a partir de uma visão que percebe o trabalho dos catadores como ‘marginal’ ao processo de acumulação de capital” (CESCONETO apud BOSI, 2008, p. 101).

Nos trabalhos encontrados nas bases de dados, também foi possível relacionar o debate sobre o trabalho das/os catadoras/es àqueles três temas referidos acima, os quais também aparecem muitas vezes misturados uns com os outros. Nas produções analisadas, o debate em torno da precarização do trabalho das/os catadoras/es surge em vários momentos, assim como a questão da vulnerabilidade social. Em se tratando da discussão sobre gênero e trabalho, é interessante observar a seguir alguns pontos que foram comuns a todas as produções analisadas.

Nas teses e dissertações consultadas, o debate sobre gênero no trabalho das/os catadoras/es está colocado de forma ainda tímida, por intermédio de um capítulo, ou até menos que isso, em cada referência. A discussão surge como complemento, não sendo uma questão central para a maioria das/os pesquisadoras/es. Em todas as pesquisas, é descrita a presença de mulheres em maior número, seja nos galpões de reciclagem, na rua ou, nos aterros sanitários (lixões).

Há pesquisas que trabalham com a articulação das relações de gênero a outros temas, como é o caso de Oliveira (2004), que alia ao tema da economia solidária e a questão do “empoderamento” da mulher; Rosado (2009), que constrói a sua pesquisa utilizando o referencial da “geografia de gênero” para estudar os contextos de um galpão de reciclagem em Porto Alegre, afirma que “a desigualdade de gênero e a discriminação pelo trabalho com o ‘lixo’ são elementos que se combinam mutuamente” (ROSADO, 2009, p. 132).

As/os autoras/es Martins (2003); Gonçalves, (2004); Oliveira, (2004); Feitosa, (2005); Mayer, (2005); Arenhart, (2006); Michelotti, (2006); Sosniski, (2006); Francisco, (2007); Seitenfus, (2007); Caballero, (2008); Do Carmo, (2008); Rosado, (2009) referendam a discussão sobre gênero e trabalho em pesquisas com bases no feminismo socialista, utilizando teóricas/os que trabalham com conceitos como os de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho.

No decorrer da década de 1980, dois núcleos temáticos fortes emergem no cenário científico, através da “[...] sociologia e da economia do trabalho, onde a problemática das relações de gênero encontrou espaço: os estudos sobre mercado de trabalho, sobre processo de trabalho e organização do trabalho fabril” (Araújo, 2005, p. 87). Autoras como Helena Hirata e Daniele Kergoat desenvolvem suas teorizações sobre a divisão sexual do trabalho, nesse contexto descrito acima, relacionando-a aos movimentos do mercado de trabalho, questionando as segmentações sociais entre homens e mulheres (Id, 2005). Gonçalves aborda essa questão em uma parte de sua tese:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro (âmbito privado) e fora de casa (espaço público). No universo da vida privada, a mulher consome horas decisivas no trabalho doméstico, possibilitando a reprodução da força de trabalho de seus maridos, companheiros, filhos (as) e de si própria. Já aos homens cabe tão somente o sustento da família e para tanto buscam formas alternativas de trabalho para o aumento da renda familiar. Esta pesquisa apresenta limites na análise de algumas questões, que podem vir a serem melhores estudadas em outros trabalhos, dentre outras: a questão do gênero no trabalho dos catadores de materiais recicláveis em lixões e usinas de reciclagem (GONÇALVES, 2004, p.88).

Feitosa (2005), em sua pesquisa com mulheres catadoras, discute a noção de cuidado entre elas, a questão da educação popular e as relações de gênero presentes no galpão de reciclagem. A autora afirma que utiliza a concepção de gênero que surgiu nas discussões do grupo por ela pesquisado, ou seja, considerando-o como complementar ou oposto à noção de sexo biológico, não desenvolvendo um aprofundamento maior.

Sosniski (2006) realiza uma pesquisa etnográfica com moradores da Ilha Grande em Porto Alegre. Ela busca compreender a relação que as pessoas têm com o lixo e o corpo. A pesquisadora fala, inclusive das marcas produzidas pelo trabalho com o lixo no corpo das catadoras. A autora aborda, mesmo que brevemente, as relações de gênero. Na Ilha onde realiza sua pesquisa, afirma que as concepções de gênero estão muito calcadas, ainda, na ideia do marido provedor e da mulher como “ajudante” do homem, seja no trabalho doméstico ou na catação.

Nos textos pesquisados, é muito frequente o uso do conceito de gênero como categoria útil de análise histórica (Scott, 1995). Também é frequente a utilização do texto de Bourdieu (2002) sobre “a dominação masculina” para explicar as relações desiguais a que mulheres estão submetidas, em casa e/ou no trabalho, obedecendo a princípios da dominação simbólica construídos socialmente.

É possível afirmar que realmente existiam poucas produções acadêmicas voltadas para uma discussão sobre relações de gênero no trabalho de catadoras/es. e isso reforçou nosso interesse em fazer uma pesquisa nos moldes propostos. Na cidade onde foi feita a pesquisa, não há estudos realizados com grupos de catadoras/es, assim, espero poder contribuir de alguma forma no debate sobre relações de gênero e trabalho no(s) grupo(s) pesquisado(s).

5 ITINERÁRIO(S): DESCREVENDO CENAS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, CORPO E TRABALHO

A utilização do termo “itinerário” tem a ver com a maneira como ocorreu minha trajetória de pesquisa. Segundo Augé (1999, p. 12), “falar de itinerário significa falar da partida, da estadia e do retorno, mesmo que se deva entender que houve várias partidas, que a estadia foi viagem também e que o retorno nunca foi definitivo”.

Conforme Víctora (1991, p. 39):

a descrição etnográfica do local pesquisado, corresponde à tentativa de fixação de uma imagem que é, na verdade, mutante. É congelar um momento, que acredita-se representativo, enquanto a realidade brinca de mudar permanentemente sua feição.

Exceto no início, concentrei a atenção da pesquisa nos/nas oficinas de formação de catadoras/es, no trabalho feito nas ruas e nos galpões/unidades de triagem, ao invés de na cooperativa, pois a mesma constituiu-se no decorrer da pesquisa²¹.

Durante os três primeiros meses, a pedido dos integrantes do MNCR de Gravataí, realizei juntamente com os mesmos e com uma assistente social chamado “cadastramento de catadores” (sobre o qual voltarei a falar). Constituíam-se na realização de visitas às casas de catadoras/es em bairros definidos anteriormente e que tivessem maior número de moradores que trabalhassem como catadores/as. O objetivo de tais visitas era obter informações a respeito da situação socioeconômica daquelas/es trabalhadores/as e, a partir disso, convidá-los para participarem do projeto de coleta seletiva que a prefeitura estava implantando juntamente com os/as catadoras/es que estivessem organizadas/os em associações ou cooperativas.

Nessa etapa do cadastramento, encontrei muitas/os catadoras/es que possuem baixa formação escolar, vivem em condições precárias de moradia

²¹ Não acompanhei de perto essa constituição portanto, não tenho muitos elementos para falar sobre tal processo.

sem contar com serviços básicos como água, esgoto e luz elétrica e tendo dificuldades em acessar serviços como os de saúde e assistência social. Evidencia-se aqui a quase ausência de proteção social, tal como definida pelo sociólogo Robert Castel²². Segundo Oliveira (p. 76, 2010),

De modo geral os catadores possuem um histórico de trabalho precário e/ou flexível em termos de direitos trabalhistas e garantias sociais. Em meio aos catadores é muito comum encontrar, por exemplo, históricos de trabalho sem carteira assinada e sem nenhum tipo de proteção assegurada a sua condição de trabalhador ou trabalhadora.

Talvez possamos afirmar que o caráter de instabilidade presente no atual cenário socioeconômico mundial, tenha reflexos mais intensos nas relações de trabalho das/os catadoras/es, na medida em que são grupos de trabalhadoras/es que nem sempre conseguem se organizar em cooperativas ou empreendimentos solidários, o que torna-as/os mais vulneráveis. O inverso também acontece, quando há possibilidades de organização coletiva e solidária no trabalho de catação, o laço social se fortalece, diminuindo o individualismo e a precariedade desse trabalho. Passamos agora a descrever estas trajetórias de trabalho a partir de nosso problema de pesquisa, atentando para as questões do trabalho e relações de gênero e discutindo também a relação das catadoras/es com o seu corpo, tema que emergiu não na fase do projeto, mas já no andamento dessa pesquisa.

²² Robert Castel (1998) conceitua propriedade social como aquela que possibilita aos indivíduos fazer valer de forma igualitária os direitos de cidadão estabelecidos pelo Estado. Como análogo da propriedade privada, é uma propriedade que gera segurança.

5.1 NO GALPÃO DE RECICLAGEM

A distância do Bairro Santa Tecla – onde estão instaladas as Unidades de Triagem/Galpões²³ I e II - para o centro da cidade é de 18 quilômetros, segundo informações coletadas com um catador. Uma viagem de carro do centro da cidade até o local onde estão as unidades de triagem é feita em quinze minutos. Isso quer dizer que é praticamente impossível que um/a catador/a faça o trajeto a pé, puxando um *carrinho* cheio de material reciclável²⁴. Durante a realização da pesquisa de campo, percorri esse caminho seis vezes entre Outubro de 2009 e Maio de 2010.

O caminho até os galpões de triagem do Bairro São José passa, em um primeiro momento, a impressão de que estamos entrando na zona rural de um município. Nas margens da estrada, há pequenas propriedades com algumas residências. Observam-se ainda trechos de campo e uma mata nativa rala com evidentes sinais de desmatamento causados provavelmente pela ocupação gradual do local. Há também a presença de animais como vacas, ovelhas e galinhas, oriundos da criação de animais.

O trecho até as unidades de triagem I e II é todo asfaltado e talvez isso amenize a sensação de “ar interiorano”. A entrada dos galpões é de chão batido, o que dificulta o acesso em dias chuvosos. Na chegada, há uma

²³A maioria dos nativos usa os termos “galpão”, “galpão da [vila] Santa Tecla” ou “unidades de triagem”. Também utilizarei tal nomenclatura no decorrer desse trabalho. Em alguns momentos, a título de contextualização, falarei sobre os dois galpões, no entanto, o objeto de análise é o galpão I, no qual pude realizar observações mais sistemáticas do que no galpão II, o qual visitei rapidamente apenas duas vezes.

²⁴ As/os catadoras/es que conheci utilizavam basicamente três tipos de veículo para fazer a coleta nas ruas: a) *Carrinhos*: veículos pequenos, com apenas um eixo e carregados (puxados) pelos próprios catadores. Também são conhecidos como *veículos de tração humana* – *VTH*, contudo, as/os catadores preferem chamar por aquele primeiro nome; b) *Carroças* e/ou *Charretes*: veículos que possuem de um a dois eixos e são puxados por cavalos. Geralmente tem maior capacidade de carga do que os carrinhos e possuem a vantagem de possibilitar maior agilidade e rapidez no transporte dos materiais recicláveis. Uma das desvantagens apontadas pelos carroceiros/as são os gastos necessários para cuidar da saúde e da alimentação do animal. “É como ter mais uma pessoa na família”, contou-me um carroceiro. As carroças e charretes também são chamadas de *veículos de tração animal* - *VTA*; c) *Carrinho elétrico*: este é uma invenção recente, ainda em fase de teste, é um carrinho de dois eixos que utiliza duas baterias recarregáveis através de energia elétrica e que praticamente dispensa o uso da força humana. Mais adiante falarei mais sobre o uso dos carrinhos elétricos.

portaria onde um vigilante controla o acesso dos veículos aos galpões de reciclagem. Aproximadamente a cinquenta metros das unidades de triagem, situa-se o aterro sanitário do município (também chamado de lixão, por algumas pessoas) que, devido a sua altura, parece uma montanha cheia de camadas feitas pelos sucessivos aterramentos do lixo que chega diariamente em caminhões da prefeitura municipal.

Os dois galpões (ou unidades de triagem) são feitos a partir de estruturas pré-moldadas de concreto (pré-fabricadas) e ambos têm uma arquitetura tanto externa como interna bastante parecida. Nas duas unidades de triagem, a disposição dos espaços de recebimento de carga, de triagem, de prensagem e de estoque é também semelhante. Através das observações iniciais, foi possível constatar que o número de trabalhadoras do sexo feminino é maior que o de trabalhadores do sexo masculino. Isso ocorre de maneira geral no universo de trabalho de catadoras e catadores, conforme me informou um integrante do MNCR e também como podemos ver em uma pesquisa sobre as condições socioeducacionais dos catadores de materiais recicláveis da região sul do Brasil.

Nessa pesquisa, encontrei que “a população de catadores é formada em sua maioria por mulheres, 80,8%, que apresentam idade média de 37 anos e são responsáveis por cerca de 52,5% da renda familiar” (LISBOA et al, 2010 p.78). Embora possamos afirmar, conforme os autores referidos (Id, 2010p. 87), que o trabalho dos/as catadores e catadoras não estabelece “critérios/requisitos como idade, escolaridade, condicionamento físico, ‘boa aparência’, residência fixa, entre outros, surgindo como alternativa de trabalho em casos de extrema precarização da condição social dos sujeitos”. Segundo Strey (2004b), apesar de haver em nossa época uma melhora significativa da condição das mulheres, evidencia-se que para muitas delas ocorreu um aumento da pobreza, ou seja, algo que alguns autores ou autoras chamarão de feminização da pobreza.

A parte interna dos galpões, assim como alguns aspectos da organização do trabalho das/os catadoras/es apresentam-se como descreverei a seguir.

Anexados a uma das paredes laterais (as paredes são relativamente altas, possuem aproximadamente três metros) do galpão estão quatro *cestos* e tal como a palavra indica, são armações revestidas de tela metálica. Os três lados de tela juntamente com a parede, formam o desenho de um quadrado com uma grande abertura em cima - local onde são imediatamente depositados os materiais recicláveis que chegam da rua através de caminhões – e uma pequena abertura embaixo, de onde são retirados os materiais para serem triados.

As *mesas de triagem* vêm a seguir. São quatro pequenas mesas de madeira que acompanham toda a extensão dos cestos. As mesas estão colocadas “de ponta” para os cestos. Geralmente as catadoras trabalham em dupla, uma em cada lado da mesa. Assim posicionadas, elas retiram os materiais dos cestos (como vem da rua, a maioria desses materiais ainda estão dentro de sacolas plásticas) e põem em cima das mesas, a fim de fazer a primeira seleção (Observei que a maioria das pessoas que trabalham nas mesas são mulheres). (LISBOA et al, 2010 p 78) afirmam que a tarefa de triagem dos materiais recicláveis é marcadamente feminina. Os pesquisadores/as constataram que 80% são mulheres, o que aponta para uma condição de vulnerabilidade maior entre as mulheres trabalhadoras da reciclagem. Segundo essa pesquisa, as mulheres também permanecem mais tempo do que os homens em atividades ligadas à reciclagem, no que diz respeito à permanência em um mesmo local de trabalho.

De acordo com LISBOA et al. (2010) uma possível explicação para o fato de haver mais mulheres na reciclagem pode ser encontrada quando se diz que a vocação econômica das regiões pesquisadas abrange principalmente a “agricultura, construção civil e indústria” (atividades predominantemente masculinas), enquanto que às mulheres resta, muito mais do que aos homens, a reciclagem.

Seguindo a descrição dos galpões de reciclagem, verificamos que do lado de cada mesa de triagem existem dezesseis tonéis, onde são depositados os materiais que passaram pelo primeiro processo de triagem. Quando esses tonéis ficam cheios, o material que foi separado neles é jogado em grandes sacos feitos de Polipropileno²⁵ (também usados na agricultura e na indústria para o armazenamento de grandes volumes) conhecidos como *big bags*, *bags* ou *bergue*, como chamam algumas/uns catadoras/es. Após os *bags* encherem, os mesmos são guardados em *gaiolas*. Essas tem o mesmo formato dos cestos, também são feitas de tela metálica e estão dispostas uma do lado da outra, na parte central e ao longo do galpão, perfazendo um número de doze unidades.

Internamente o galpão de reciclagem é dividido ao meio, como se fossem dois níveis, portanto, existe a parte alta e a parte baixa. Creio que a principal função dessa divisão é tornar o trabalho mais ergonômico e com menor exigência de força física, pois possibilita que os *bags* (sacos pesados) possam ser arrastados e jogados nos cestos, ao invés de serem erguidos. A diferença entre o material do cesto e o da gaiola é que, enquanto no primeiro não houve separação entre os tipos de materiais, no segundo esse processo já ocorreu e o material está pronto para a próxima etapa.

É importante apontar que essa primeira etapa de triagem do material (do cesto para a mesa) compreende uma atividade de constante risco para a saúde das catadoras, na medida em que, por vezes, não se consegue visualizar adequadamente o conteúdo das sacolas que vieram da rua. Ouvi relatos de catadoras que diziam encontrar frequentemente objetos perfurocortantes, tais como seringas e cacos de vidro – que em tese deveriam estar separados - misturados ao material. Também é comum as catadoras da mesa encontrarem os materiais recicláveis misturados a restos de alimentos – e em alguns casos a dejetos – o que além do cheiro desagradável, possibilita o surgimento de visitantes indesejáveis, como ratos e baratas.

²⁵ Um tipo de plástico muito resistente

Salvo esses casos onde há, por exemplo, uma remessa que contenha muita mistura de lixo com material reciclável, o cheiro do galpão tem uma característica forte e constante, mas não é descrito como insuportável (no entanto, ser suportável não quer dizer que seja salubre). Nas primeiras visitas a uma unidade de triagem, pessoas mais sensíveis podem sentir náuseas, tonturas e irritabilidade na mucosa do nariz, esta última devido à poeira que o manuseio dos materiais produz. “A gente acaba acostumando” – disse uma trabalhadora do local quando lhe indaguei sobre o cheiro que emanava dos materiais.

De maneira geral as mulheres são as responsáveis pelos trabalhos que exigem maior coordenação motora fina, tais como “a triagem e aquelas tradicionalmente associada ao sexo feminino como limpeza do local de trabalho e gerenciamento de cozinha e refeitórios” (LISBOA et al, 2010, p. 80). Quanto aos homens, estes ficariam com trabalhos que remetem mais a força física, tais como carregamento de fardos e a lida na prensa (Id, 2010). No entanto, durante minha pesquisa, observei que as mulheres transitavam entre as atividades que exigiam força física e habilidade, sem que houvesse atribuições fixas de trabalho (e nem de gênero).

A etapa seguinte ao armazenamento nas gaiolas, onde o material reciclável já está separado é a sua *prensagem*, processo feito através de uma *prensa hidráulica* que compacta os materiais recicláveis até resultar em um pesado volume chamado pelas/os trabalhadoras da unidade de triagem de *fardo*. No galpão I existem duas prensas. Uma delas está próxima às gaiolas (parte de baixo do galpão) e a outra se encontra perto de uma porta lateral que dá acesso ao pátio, também na parte de baixo do galpão. Essa última é mais utilizada na prensagem de embalagens plásticas como as de refrigerante e água mineral (pet). Segundo um informante, ela está próxima à porta por uma questão prática, pois os fardos de plásticos em geral podem ficar armazenados no pátio do galpão, e a prensa perto da porta facilita o carregamento dos mesmos até o pátio. Os fardos de papelão, no entanto, devem ficar dentro do

galpão - explicou o informante - protegidos da chuva, pois, se estes forem molhados, tem o seu valor de venda diminuído.

A experiência que tive anteriormente em uma associação de catadoras/es do interior do estado e a experiência mais recente nessa pesquisa de mestrado mostra a mesma situação: a atividade de preenseiro é quase que invariavelmente ocupada por homens (assim como nas mesas de triagem a maioria são mulheres). Quando procurei saber o motivo de tal ocorrência uma catadora afirmou: “prensa é muito ruim pra mulher, é pesado, tem que trabalhar o dia todo”.

De fato o trabalho na prensa não é um trabalho leve, contudo, se formos observar, nenhuma das atividades exercidas por catadoras e catadores pode ser considerada “leve”, na medida em que – na maioria dos casos - elas são realizadas em condições pouco favoráveis, para não dizer precárias. Talvez possamos afirmar que o que ocorria era uma naturalização das funções de acordo com o sexo da/o trabalhador/a e como afirmei anteriormente, isso não impossibilitava, dependendo da necessidade, certo trânsito entre as atividades exercidas no galpão.

Depois de ser prensado e ter as extremidades amarradas em cordas, o fardo é levado até o *depósito*, também localizado no mesmo espaço do galpão onde ficam os fardos prontos, aguardando o momento de serem vendidos. A última etapa do trabalho das/os catadoras/es no galpão é carregar os fardos até o(s) caminhão(ões) que levarão o material reciclável para as indústrias. Geralmente os carregamentos ocorrem quinzenalmente e são muito trabalhosos para as/os catadoras/es da unidade de triagem. Quando o caminhão encosta ao lado da porta lateral (parte de baixo do galpão), o seguinte trajeto é realizado: a) os fardos são pesados em uma balança digital (o peso dos fardos varia conforme o material em questão, a média é de 150 a 200 quilos cada); b) eles são carregados em um carrinho de mão até um elevador, que fica posicionado atrás da carroceria do caminhão; c) o elevador ergue os fardos até a altura da carroceria, de onde duas pessoas (geralmente o motorista e um ajudante) organizam a carga em cima do veículo.

Conforme me falou uma catadora, nem sempre foi assim em dia de carregamento. Houve uma época em que “nós ajudava a empurrar os fardos, sem o carrinho, empurrava rolando pelo chão até o elevador. E o motorista do caminhão ficava só lá em cima pra receber os fardos. Agora não, a gente não é mais boba! Agora quem leva é mais um homem, o ajudante do motorista, e nós ajudamos a empurrar o carrinho”.

Todas essas observações e relatos nos levam a fazer mais algumas considerações a respeito de como se configuravam as relações de gênero e de trabalho na unidade de triagem I (sobre a qual nos deteremos mais do que a unidade II). Creio que podemos iniciar discutindo algumas especificidades relacionadas ao trabalho nas mesas de triagem e na prensa hidráulica. Conforme Duarte (apud CABALLERO, 2008, p. 113), “As especificidades do trabalho ajudam a construir uma rede de relações sociais que auxiliam na construção do ethos do grupo”.

O trabalho do preenseiro requer previamente o aprendizado de um saber técnico sobre como operar o equipamento de prensa. Tal equipamento funciona basicamente através de dois botões (liga/desliga) e de uma alavanca, a qual quando acionada pelo operador determina a compactação do material reciclável. Acompanhando a rotina do preenseiro, percebi que dependendo do material que está sendo prensado, existe a necessidade de “dar uma ajuda para a prensa”, empurrando com a própria mão ou com um pedaço de madeira os materiais que escapam para fora da área de prensagem. Tal atividade comporta um grande risco de acidentes, pois o operador faz isso com a prensa em movimento, tendo que ser mais rápido do que a máquina, sob o risco de perder um braço. O único dispositivo de segurança da prensa é a própria alavanca, que aciona o movimento de cima para baixo (que prensa o material) e também imediatamente o inverso. Isso, no entanto, em uma situação “normal” de trabalho. A distração, portanto, não pode fazer parte do trabalho do preenseiro, o que faz com que o trabalho na prensa seja um trabalho isolado, com poucas possibilidades de socialização com as/os colegas, pelo menos quando se está operando a prensa.

O trabalho da catadora nas mesas de triagem é feito em duplas; na comparação entre os dois trabalhos, esse é considerado “mais leve” (conforme visto anteriormente na fala de uma catadora). Existe também uma série de técnicas que são aplicadas ao trabalho de triagem, tais como saber diferenciar através do tato e/ou do olfato²⁶ um tipo de material do outro. A questão que colocamos é o que ocorre para que a maioria dos operadores da prensa seja do sexo masculino, e, no caso das mesas de triagem, a maioria dessas trabalhadoras seja do sexo feminino?

Tal configuração das relações de trabalho nos permite afirmar que os modos de trabalhar no galpão de reciclagem estão associados às relações de gênero. Isto é, o que as catadoras fazem acontece porque tais atividades estão de acordo com determinadas normas de gênero: enquanto mulher/catadora, eu sou sensível e cuidadosa, portanto, meu local de trabalho é na mesa de triagem decifrando os diversos materiais recicláveis através do toque, do olhar, do cheiro. O meu trabalho é dotado de um senso artesanal – não uso nenhum equipamento além das minhas mãos. A atividade do preneiro requer a interação do homem com a máquina e isso remete a ideia de um trabalho “industrial”, em contrapartida, o trabalho feminino remete a uma questão doméstica/natureza e reprodução (da força de trabalho). Podemos afirmar que há uma naturalização de atributos masculinos e femininos no que tange à reprodução.

Segundo Guedes (1997, p. 140), “são inúmeras as referências etnográficas à mulher como a parte fraca, a parte meiga, nesta e em outras pesquisas, que explicitam claramente quem é a parte forte [os homens]”. A autora (1997, p.140) afirma que em relação às classes trabalhadoras no país a ideia de força surge como um “operador central que liga as concepções de homem e trabalhador, a valorização do trabalho manual, [...] o orgulho da

²⁶ Participei de uma reunião onde um catador ensinava para um grupo de catadores/as como poderia ser feita a diferenciação de materiais que apesar de serem muito parecidos, não eram do mesmo tipo e por isso, tinham valores de venda diferentes. Segundo ele, a única maneira de ter certeza de que não foi feita nenhuma confusão entre um tipo de plástico “A” e outro do tipo “B” é queimar um pedaço de cada para sentir o cheiro da fumaça. O cheiro mais fraco, quase inodor e que provoca irritação no nariz seria o tipo A e certamente o com cheiro mais forte seria o B.

capacidade de trabalho pesado, trabalho duro, expressam um lado desse modo de positivar a maneira como se inserem globalmente na sociedade”. Contudo, em relação ao que observamos na pesquisa, principalmente no galpão de reciclagem, essa lógica que liga *homem/trabalho pesado* parece se inverter em vários momentos, considerando que, no galpão de reciclagem, por exemplo, há certa exaltação da força feminina, como sendo aquela que “aguenta o tranco”, em oposição à força masculina como sendo mais frágil.

Das vezes que me desloquei até a unidade de triagem I para fazer os cadastramentos e também observações pertinentes à pesquisa, destaco uma conversa que tive com uma catadora chamada Adélia. Ela é nordestina, tem 49 anos e era uma das trabalhadoras com mais idade no galpão, no qual trabalhava há mais de cinco anos nas mesas de triagem. Gostava de dividir suas experiências de vida e aconselhar as pessoas ao seu redor.

Apesar de ser influente entre as/os trabalhadoras/es daquele grupo, não considerava-se como um modelo de pessoa a ser seguido. Dizia ela: “uma hora eu vou falhar, as pessoas não podem me idealizar tanto, me tomar como exemplo”. Mostrou-se curiosa e disposta a conversar comigo, indagando sobre a pesquisa e sobre a minha profissão. Adélia era comunicativa, demonstrava orgulho em contar histórias que tivessem relacionadas à sua trajetória de vida e da sua família. Estudou até a sexta série do ensino fundamental e acha que não tem mais idade para voltar aos estudos.

Adélia morava há mais de dez anos na cidade onde foi feita a pesquisa, veio de Pernambuco para o sul buscando melhorar de vida. Antes de ser catadora trabalhou como agricultora, ela e seu marido eram proprietários de uma chácara. Agradecia a deus por ter conseguido passar por momentos de sofrimento e “provação”. Exaltava-se ao afirmar: “passei bastante trabalho nessa vida, mas, graças a deus nunca precisei roubar pra alimentar meus filhos, criei todos sozinha e agora estão todos adultos”.

Quando fiz as observações no galpão, Adélia estava separada do marido há vários anos, considerava-se chefe de família, teve três filhas/os e assim definiu a situação de cada um:

A guria mais velha tá casada, vive bem, é da área da Químical [professora]”; A guria do meio “tá se encaminhando, é estudiosa, estudiosa e trabalhadeira, trabalha numa *lan house* de dia e estuda de noite, tá concluindo o segundo grau, vai prestar vestibular pra psicologia” – aproveitei para falar que essa era minha profissão, o que deu margem para que ela perguntasse sobre as possibilidades de atuação deste/a profissional. “O guri que é o mais novo”, - seguiu ela – “ah... esse não teve jeito, é um rapaz bom, trabalhador, mas não quis saber de estudar, foi só até a sétima série. Mas é honesto e nunca se meteu a fazer sem-vergonhice, alias, graças a deus, eu consegui dá uma boa educação pra os três, apesar das dificuldades.

Segundo Guedes (1997, p.199), a fala de Adélia parece estar de acordo com a oposição entre

trabalhadores e vagabundos, que simplesmente valoriza esta concepção do fazer contra o não fazer. O vagabundo não apenas recusa o trabalho, mas não faz nada que possa ter qualquer interpretação positiva [...] Logo, o vagabundo define-se em oposição total e completa a trabalhador, [sendo que] a mais terrível ofensa é chamar alguém de vagabundo, porque significa negar-lhe qualquer tipo de valor.

No último dia em que estive na unidade de triagem, Adélia já não se encontrava mais lá. Fui informado por uma catadora, amiga sua, que Adélia havia se desligado do trabalho. O motivo, segundo essa catadora, “é que o marido dela é muito ciumento e não deixa que ela trabalhe aqui no galpão”. De acordo com Víctora (1991, p. 92-93),

o alto nível de subordinação das mulheres em relação aos homens, não é considerado um problema para elas. A subordinação feminina, presente nas atitudes e falas das mulheres, nos leva a classificar, dentro desse universo, a própria subordinação como um elemento constitutivo desta identidade feminina. Assim, as mulheres definem a sua relação com o trabalho, com o lazer, e mesmo com as outras pessoas, a partir da posição do homem: elas trabalham se eles deixam [...].

O que ocorreu com Adélia demonstra que apesar de haver relações de trabalho mais ou menos equânimes entre as trabalhadoras do galpão, o mesmo não ocorria quando voltava-se para as esferas conjugal e doméstica nas quais reproduziam-se os padrões de relações assimétricas entre homens e mulheres. O acontecido com Adélia também nos faz pensar nas novas situações nas quais a masculinidade “dominante” se sente questionada. Para Perelman (2010, p.111)

ser trabalhador foi construído, principalmente, como um espaço dos homens e de realização masculina. Mas, confrontado com as novas

situações nas quais eles vão deixando de ser os provedores da segurança material familiar e nas quais são as mulheres as que, sem abandonar as tarefas domésticas (preparar a comida, lavar a roupa, limpar a casa), começam a trazer o sustento da casa, se gera nos homens uma vergonha pessoal que os obriga a buscar alternativas à situação.²⁷

O referido autor explica que isso não quer dizer que há uma só masculinidade e sim uma masculinidade hegemônica que ao mesmo tempo que é construída em relação a um modelo de feminilidade, é colocada em questão por tal modelo. Em relação aos espaços de trabalho ocupado pelas/os catadoras/es (o galpão e a rua) esse autor nos faz pensar que o fato de haver mulheres trabalhando na rua (espaço tradicional de ocupação masculina) também “põe em jogo o imaginário dos ‘papéis’ sociais de forma contundente” (2010, p. 111).

²⁷ Ser trabajador fue construido, principalmente, como un espacio de los hombres y de realización masculina. Pero, ante las nuevas situaciones en las que ellos van dejando de ser los proveedores de la seguridad material familiar y en las cuales son las mujeres las que, sin abandonar las tareas domésticas (preparar la comida, lavar la ropa, limpiar la casa), comienzan a traer el sustento a casa, se genera en los hombres una vergüenza personal que los “obliga” a buscar alternativas a la situación.

5.2 EM CIMA, EMBAIXO: HIERARQUIZAÇÕES

As catadoras e os catadores que trabalham no galpão I (e no II também, embora as observações tenham se concentrado no primeiro) trabalham de segunda a sexta e em alguns sábados quando se faz necessário. As/os trabalhadoras/es do galpão I, em especial, ficam o dia inteiro no local, pois a maioria não mora no bairro Santa Tecla. Elas/eles utilizam transporte fornecido pela prefeitura que as/os leva de manhã e as/os busca no fim da tarde. A maioria dos integrantes do galpão II mora e trabalha no mesmo bairro ou perto dele, o que facilita a locomoção através de bicicletas ou mesmo a pé em alguns casos. As atividades nas duas unidades de triagem iniciam por volta das 8 horas da manhã e encerram às 17 horas e 30 minutos. Às 10 horas ocorre o intervalo ou parada para o café da manhã, como elas/eles denominam.

Dentro do galpão existem dois espaços que são destinados principalmente às refeições das/os trabalhadoras/es e aos momentos de descanso ou de reuniões. Há uma peça suspensa, espécie de mezanino onde fica a cozinha. Logo abaixo dessa peça, junto com a área de trabalho do galpão, um refeitório improvisado, composto por uma mesa com bancos fixos.

A cozinha que fica nesse pavimento suspenso é equipada com um fogão a gás de quatro bocas, uma geladeira em bom estado de conservação e uma pia. No centro da cozinha há uma mesa de madeira onde algumas pessoas fazem as refeições. Encostado na parede há um sofá velho, assim como alguns bancos de madeira espalhados pelo local. Em um canto da cozinha, há um compartimento feito de madeira, com porta. Nessa peça, são guardados documentos da cooperativa em uma estante. Também ocupam esse espaço uma mesa redonda e duas cadeiras, o que indica que ele é usado em reuniões com o grupo ou conversas mais reservadas.

O segundo espaço, situado no pavimento inferior, possui uma mesa comprida, dessas que geralmente são encontradas em refeitórios, com bancos afixados na sua própria estrutura de metal. Esse local é demarcado por

tapumes de plástico que formam uma espécie de barreira separando-o do contato direto com as mesas de triagem dos materiais recicláveis.

Nos intervalos destinados às refeições uma parte das catadoras subia através de uma escada de madeira até a cozinha (mezanino), enquanto outra parcela delas (juntamente com o operador da prensa) ficava no espaço de baixo, onde estava a outra mesa. A observação direta permitiu visualizar as relações hierárquicas (portanto de poder) que configuravam o ambiente de refeições e de descanso das/os catadoras/es.

As catadoras que possuíam mais idade e tempo de serviço na unidade de triagem (que geralmente eram as líderes do grupo) ocupavam o espaço de cima para descansar e comer. As trabalhadoras/es mais novas/os tanto em idade quanto em tempo de serviço faziam o mesmo, só que no espaço de baixo. Tal configuração das relações de poder (que era implícita e não fixa) não estava presente apenas na divisão entre as/os mais velhas/os e as mais novas/os; as/os mais experientes e as/os menos experientes. Havia também aproximações e distanciamentos entre as/os catadoras/es conforme interesses diversos, tais como amizade, parentesco, por existir relações pouco amistosas entre algumas, por trabalharem juntas na mesa de triagem, entre outras situações.

Como vimos, as relações entre as/os trabalhadoras/es da cozinha e do refeitório improvisado configuravam-se nesse espaço, onde as relações de poder reproduziam-se através de intersecções de gênero, geração e trabalho.

5.3 UM ACIDENTE NO TRABALHO

Francine nasceu em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, tinha 19 anos, era branca, solteira e residia há mais de 5 anos com sua mãe, uma irmã e um irmão menores de idade, em um bairro próximo à Usina de Triagem I. Ainda com o ensino fundamental incompleto, disse-me que gostaria de voltar a estudar. Antes de ser catadora, trabalhou como babá, cuidando de crianças dos seus vizinhos. Francine estava aproximadamente há um ano na Unidade de triagem I, dizia gostar de trabalhar naquele local, sua única ressalva era quanto às condições dos banheiros do galpão.

Segundo Francine e outras catadoras com as quais conversei (na terceira visita ao galpão), a unidade de triagem enfrentava problemas com o abastecimento de água. Ao final do expediente quando elas queriam tomar banho para “não chegar suja em casa”, não tinha água no banheiro. Isso também ocorria durante o horário de trabalho, quando era necessário lavar as mãos ou usar o vaso sanitário. As catadoras manifestavam preocupação com a higiene pessoal e também com a aparência. Não gostavam de chegar em casa e ser recebidas pelo marido e filhas/os (quando era o caso) “com a roupa toda suja e fedendo, sem poder botar nenhum perfume”, conforme me disse uma delas. Não soube se o problema da falta de água foi resolvido, mas, na época em que fiz a pesquisa, a coordenação do galpão I estava providenciando uma bomba que puxaria água de um poço existente no pátio do galpão.

O local onde Francine se acidentou é um dos compartimentos existentes na unidade de triagem que serve para armazenar os materiais recicláveis logo que eles chegam da rua, são os chamados *cestos*. Os cestos são projetados para receber e armazenar grande quantidade de materiais recicláveis, dessa forma, eles acompanham a altura da parede lateral do galpão que é de aproximadamente três metros.

Quando existe a necessidade de procurar um tipo específico de material reciclável, uma das trabalhadoras da mesa de triagem (o caso de Francine)

entra no cesto para realizar esse serviço. A catadora – como todas fazem - havia entrado por uma pequena abertura situada na frente do cesto. Enquanto revirava o cesto a procura dos materiais que precisava, não percebeu que tinha obstruído a entrada pela qual havia passado anteriormente. No momento em que Francine quis sair do cesto e viu que a entrada estava trancada, decidiu fazer isso do jeito mais fácil, no entanto, mais arriscado. Escalou a tela que cerca o cesto até o vão da parede lateral, se jogou até o chão e caiu de “mau jeito”.

Três catadoras que estavam mais próximas do cesto de onde ela caiu, ouviram um grito e saíram correndo em direção ao lado de fora do galpão. Quando cheguei juntamente com as outras catadoras, Francine estava no chão rodeada pelas três colegas.

Uma das catadoras cuidadosamente orientava para que Francine não levantasse e que esperasse a chegada da ambulância. Outra colega de Francine perguntou se ela estava sentindo alguma dor, a qual respondeu, com voz baixa e em tom de choro que lhe doíam as pernas e um dos dedos da mão esquerda. De certa forma, essa notícia aliviou a todas/os que ali estavam, pois existia o temor de que a queda tivesse ocasionado alguma lesão na coluna de Francine.

A ambulância levou cerca de quarenta minutos até chegar ao Bairro Santa Tecla, tempo demasiado, segundo a coordenadora do galpão que fez a ligação do seu celular. Além do susto com a catadora, tivemos que aturar o mau humor do socorrista, por que demonstrava insatisfação em ter sido chamado. A respeito disso, uma das catadoras falou que “eles não gostam de vim aqui porque é catador, aí eles demoram, atendem com má vontade”.

Depois que Francine foi levada pela ambulância, uma catadora comentou comigo que não era a primeira vez que alguém pulava do cesto pelo lado de fora e que essa prática já havia sido proibida em uma reunião feita entre as/os trabalhadoras/es do galpão, pelo risco que representava. Francine ao ter pulado da parede transgrediu, assim como as outras que já tinham feito, as normas do trabalho no galpão. Ao transgredir a norma, apontou para o

problema das pressões por produtividade, característica do atual mundo do trabalho e talvez mais agudas em um contexto precário e informal. Boltanski (2004, p. 157) afirma que:

se os indivíduos prestam tanto menos atenção ao corpo e mantêm com ele uma relação tanto menos consciente quanto mais intensamente são levados a agir fisicamente, é talvez porque o estabelecimento de uma relação reflexiva com o corpo é pouco compatível com uma utilização intensa do corpo.

Concordo com o autor no que diz respeito aos momentos em que as/os catadoras exerciam suas atividades, seja nas ruas ou nos galpões, contudo, a relação com o corpo modificava-se em outros contextos, como o das oficinas, nas quais as catadoras, principalmente, maquiavam seu corpo, demonstrando certa preocupação com a aparência. No caso das atividades que exigiam esforço físico, como vimos anteriormente, a percepção sobre o corpo “descadeirado”, que “não aguentava o tranco” ocorria somente depois do ato consumado (das lesões nos braços, coluna, etc). Quanto a essa situação, Boltanski (2004, p. 157-8) escreve que:

primeiramente, o esforço físico torna difícil a seleção e a identificação das sensações doentias ou, se quisermos, introduz ruído na comunicação entre o sujeito e seu corpo; em segundo lugar, o aumento da atenção dada ao corpo e, correlativamente, da sensibilidade às mensagens mórbidas, tem como resultado necessário a redução de duração e intensidade da atividade física, tanto assim que tudo se passa como se aquele que devesse fazer uma utilização máxima do corpo não pudesse, sem dificuldade, manter com ele uma relação atenciosa ou atenta, escutá-lo, analisá-lo e ‘compreendê-lo.

O autor acima referido (Id, 2004) afirma que o corpo das classes populares é regido além das coerções econômicas, por regras morais que tem a função de impedir que seus membros reflitam sobre o uso do seu corpo no trabalho, pois caso isso acontecesse, acarretaria na diminuição da qualidade e da produtividade. Talvez isso tenha a ver também com o que diz Víctora (1991, p. 146) “o que se passa no corpo, ou seja, as práticas e mesmo as sensações corporais, estão condicionadas às maneiras socialmente reconhecidas de sentir e de agir, estas, por sua vez, variáveis de acordo com a posição social - seja de classe, sexo ou idade – do agente social”.

5.4 “ERA TUDO NO MUQUE” – O CORPO QUE NÃO AGUENTA O TRANCO

Jane trabalhava há mais de cinco anos na unidade de triagem I do bairro Santa Tecla. Esse foi o seu primeiro emprego. Tinha 32 anos, seis filhos (sendo três com idade de até sete anos) com os quais morava em uma casa de quatro cômodos em um bairro próximo ao galpão, era separada do marido. A moradia de Jane tinha água encanada, mas o esgoto era despejado a céu aberto. Possuía instalação da energia elétrica regular. Sua renda aproximada era de 450 reais. Estudou até a terceira série e não tinha interesse em voltar para a sala de aula.

Nas mesas de triagem e também onde fosse necessário, Jane definia assim sua maneira de trabalhar no galpão: “sempre participativa”. Em relação ao carregamento do caminhão que levava os materiais recicláveis para a indústria não era diferente. Em dia de carregamento “era tudo no muque” – dizia a catadora. Apesar de haver um carrinho para carregar os fardos e um elevador que subia os mesmos até a carroceria do caminhão, as catadoras não se limitavam a usar apenas esses dois equipamentos. Com o intuito de apressar o carregamento (quanto mais rápida fosse feita a venda, mais cedo elas/eles receberiam) empurravam manualmente os fardos até o elevador, os quais pesavam entre cem e duzentos quilos, (o peso variava de acordo com o material).

Em cima do caminhão era necessário que duas ou três pessoas subissem para receber os fardos. Conforme relatado anteriormente, nos primeiros carregamentos, como neste caso, o motorista limitava-se a orientar como deveria ficar disposta a carga, enquanto as/os catadoras/es faziam todo o restante do serviço.

Por vezes, a subida dos fardos do chão até a carroceria do caminhão tornava-se um trabalho arriscado para as catadoras. Era o caso daqueles feitos de materiais como latas de óleo e de sobras de ferro em geral. Mesmo com o uso de luvas, invariavelmente entrava-se em contato com alguma aresta ou

ponta cortante que sobressaía do fardo, o que ocasionava corriqueiramente pequenos cortes nas mãos. Nem sempre as catadoras que ficavam em cima do caminhão para receber a carga conseguiam ter êxito. Jane contou-me que às vezes o fardo estava mal amarrado e ficava “molengo” e isso dificultava o trabalho de quem ficava em cima do caminhão. “Tinha que prestar atenção pra não se desequilibrar e cair de cima do caminhão, e ao mesmo tempo tinha que cuidar para o fardo não cair em cima das gurias”.

Segundo Jane, dificilmente saía-se do carregamento sem ter algum tipo de marca no corpo. Era corriqueiro avistá-las com arranhões, hematomas, “bolas” nos braços e dedos, de tanto “levantar peso”. A catadora falou-me de uma ocasião em que chovia no bairro, estavam com pouca/os trabalhadoras/es no galpão e tiveram que “chamar um homem” da vizinhança para ajudar no carregamento. “O cara trabalhou até a metade da carga e foi embora! Não aguentou o tranco! Ele ficou brabo e disse: ‘não sei como essas mulheres aguentam, isso não é trabalho pra gente! eu estou caindo fora!’”. Jane disse que tiveram que continuar o carregamento mesmo com chuva, pois caso contrário, poderiam deixar de receber o pagamento.

Ao ser indagada sobre o fato de existir muito mais mulheres do que homens trabalhando na unidade de triagem, Jane respondeu que não sabia ao certo a resposta mas achava o seguinte: “Não tem homem que aguente trabalhar aqui, é um serviço muito pesado!”. Opinião essa diferente da emitida por outra catadora que qualificava o trabalho de prensagem executado pelos homens como sendo o mais dificultoso. Jane também abandonou o trabalho no galpão, pois – após ter ficado um longo período – sentia muita dor nos punhos e isso estava impossibilitando sua permanência na unidade de triagem. “Não dá mais, chegou um ponto que eu não aguento mais ficar lá”. A partir de Boltanski, podemos pensar que

se ele [o/a trabalhador] se recusa a cuidar-se [...] é que as coerções cotidianas, as coerções econômicas, principalmente, proíbem ou [...] tornam extremamente difícil o abandono das tarefas cotidianas, do trabalho [...] físico que ele exige continuamente do corpo” (2004, p. 142).

Em uma ocasião, quando jantava na casa de dois apoiadoras/es do Movimento – Zeca e Teresa - os quais tinham ligação muito próxima com a unidade de triagem I, também lhes perguntei se sabiam a razão pela qual havia mais mulheres trabalhando na atividade de catação do que homens. Minha pergunta foi respondida por Zeca, que trabalhava em um dos galpões de reciclagem da vila Santa Tecla. Segundo ele, as mulheres da Santa Tecla mantinham uma “*postura intimidatória*” com os homens que fossem trabalhar no galpão de reciclagem.

Quando questionei Zeca sobre como se manifestava tal postura das mulheres ele alegou, demonstrando certo constrangimento em falar sobre o assunto, que as trabalhadoras falavam abertamente sobre sua sexualidade, “*inclusive se tinham transado com tal cara na noite anterior e contando detalhes de como tinha sido*”. Aproveitando a janta que Zeca e Teresa haviam me servido, indaguei-lhes sobre qual a diferença entre falar sobre o “arroz com galinha” da noite passada e entre falar sobre seus desejos e práticas sexuais. Ou seja, por que alguns assuntos são permitidos que se fale abertamente e por que outros devem ser velados, reservados ao contexto íntimo?

Ao longo da conversa (e através das observações realizadas durante a pesquisa), percebi que a denominada “postura intimidatória”, que meu interlocutor delegava às mulheres das unidades de triagem Santa Tecla também estava relacionada a determinadas formas de testar se os homens que fossem trabalhar naquele local conseguiriam realizar as mesmas atividades que elas, isto é, com o mesmo desempenho. A esse respeito, Zeca falou que as mulheres do galpão gabavam-se do fato das mesmas fazerem todo o trabalho pesado do galpão, dizendo que os homens que eventualmente iam trabalhar no galpão, “*não conseguem ficar muito tempo*”. Como observei anteriormente, havia uma contestação da naturalização das funções e atributos tradicionais do homem e da mulher no trabalho e das relações de poder entre homens e mulheres estabelecidas naquele contexto.

5.5 OS CATADORES E O CORPO FEMININO

Em uma reunião que participei entre integrantes do Movimento dos Catadores e equipe da unidade de triagem I e II, uma catadora que na época era coordenadora daquele grupo, informou que uma “companheira” tinha se machucado. Bateu um dos seios enquanto organizava o estoque de material reciclável do galpão e estava se queixando de dores no local. Um dos participantes da reunião, Samuel, que era coordenador da equipe do galpão II manifestou-se da seguinte forma, sobre o assunto trazido pela catadora: “bater a gente se bate a toda hora, tem que cuidar é pra não ser pisada no seio” – disse ele em tom jocoso, de certa forma minimizando o que ocorrera com a catadora. A reunião prosseguiu com outros assuntos, não se dando muita importância para esse episódio.

Busco tratar da questão do corpo entre as/os catadoras/es, aliado a outros temas como relações de gênero e trabalho, discutindo, conforme Strey (2004a, p.225) “o presente do corpo à luz do gênero, ou seja, o corpo como relação de poder entre homens e mulheres”. Os corpos, conforme Lorber apud Strey (2004a, p. 227) “em geral diferem de várias maneiras, mas o que realmente os transformam são as práticas sociais a fim de que possam adequar-se àquilo que suas culturas específicas exigem deles para serem os corpos esperados”. Ainda de acordo com Strey (2004a, p. 227), corpo de homem e corpo de mulher são, então, completamente normatizados. “Uma vez atribuída uma categoria de gênero, os atributos da pessoa são também generificados: o que quer que seja uma mulher, tem que ser feminino e o que quer que seja um homem tem que ser masculino”.

Em outro momento, um catador propunha a discussão sobre a necessidade de existirem creches para colocar “os filhos das catadoras”. Todas/os as/os participantes concordaram que essa necessidade era real. A incompatibilidade de horário entre as creches que o município oferecia e a rotina de trabalho das catadoras (que geralmente saiam de casa de madrugada e voltavam à noite) tornava-se um problema na hora de deixar a criança na

creche. Além disso, tais instituições municipais não ofereciam vagas suficientes para que as/os catadoras/es deixassem suas/seus filhas/os ou, quando existia a vaga, a localização da creche era distante do local de moradia das/os catadoras/es. Samuel, novamente não deixou de se manifestar sobre esse assunto, dessa vez, referindo às mulheres que trabalhavam no galpão II: “Se com vinte mulheres já fazem quatro filho por ano, imagina com a creche!”.

Aqui fica nítido que os/as filhos/as são “das mulheres” e não “dos homens”, pois não se configura como um problema para eles, a responsabilidade pelo cuidado da casa e dos/as filhos/as se mantém como responsabilidade exclusivamente feminina, mesmo em um movimento que se propõe solidário. O seio machucado no trabalho, assim como fazer filhos/as é algo que, nas falas emerge como questões que nada tem a ver com os homens, mantendo a lógica hierárquica de divisão sexual e social do trabalho dentro dos princípios da dominação masculina.

5.6 NA RUA, SENTINDO NO CORPO

Mariana trabalhava como catadora na região central da cidade, um local onde havia grande produção de materiais recicláveis devido à concentração de lojas de comércio em geral. Essa catadora tinha aproximadamente 50 anos, dos quais, mais de dez eram dedicados às atividades de catação. Era oriunda da região metropolitana de Porto Alegre e morava na Vila Pontilhão. Na configuração das relações de poder entre Movimento dos Catadores e as/os catadoras/es que são filiados à cooperativa, é uma figura importante. Cabe salientar que ela é mãe de um dos fundadores do Movimento e é considerada pelos seus integrantes como alguém de confiança. Foi uma das pessoas escolhidas para utilizar o “carrinho elétrico”, uma tecnologia nova, ainda em fase de testes, financiada por uma entidade governamental que propõe uma alternativa aos tradicionais carrinhos movidos à tração humana e animal.

Mariana utilizava o carrinho elétrico em um trecho (rota) da região central e o outro trecho era feito pelo seu companheiro, com o qual convivia há alguns anos. Quando o carrinho elétrico enchia, o mesmo era descarregado em um local da praça central, uma espécie de entreposto improvisado que o Movimento dos Catadores conseguiu com a prefeitura. Os entrepostos eram locais construídos ou improvisados em determinados pontos da cidade que serviam para receber e armazenar temporariamente os materiais recicláveis que as/os catadoras coletavam durante sua jornada de trabalho. Ao fim de cada dia, o material depositado nos entrepostos era levado para o galpão de reciclagem (do Bairro Santa Tecla) em um caminhão do Movimento dos Catadores.

Dos encontros que tive com Mariana, durante seu trabalho ou quando almoçávamos juntos no restaurante popular do centro da cidade, destaco seu relato sobre como era trabalhar com o carrinho elétrico, apontando os aspectos positivos e negativos do uso dessa nova tecnologia, evidenciando uma preocupação com o lugar do corpo nessa relação que se estabelecia, ou seja, catadora/carro elétrico.

Em uma de nossas conversas, Mariana relatou-me com conhecimento de causa sobre as condições de trabalho com os novos carrinhos. Destacou como positivos o fato do carrinho elétrico chegar à mesma velocidade que o carrinho de tração humana atingia; as suas grades serem altas, o que permitia a colocação de um volume maior de materiais recicláveis e a rápida capacidade de recarregamento das duas baterias. Sobre os pontos negativos do uso dos carrinhos elétricos, sua maior preocupação era com o risco de acidentes.

Mariana afirmou que o principal problema dos carrinhos elétricos é que eles possuem o sistema de frenagem nas duas rodas dianteiras e isso facilita a ocorrência de acidentes.

Eu estava vindo numa rua movimentada aqui do centro, era uma parte de descida e tinha que dobrar na esquina. O carrinho estava meio rápido, aí tive que frear. Só que a hora que eu empurrei a alavanca [do freio], freou só numa roda, assim de soco, aí a direção pendeu pra o lado dos carro e me levou junto, quase que eu fui atropelada! (Mariana).

Enquanto contava esse ocorrido, a catadora mostrava com gestos o movimento abrupto que a alavanca do carrinho fez quando ela freou quase lhe quebrando a perna. “Se eu não comesse feijão acho que tinha quebrado minha perna!”. Na opinião de Mariana, o ideal seria que os carrinhos elétricos tivessem o dispositivo de frenagem nas rodas traseiras, isso evitaria acidentes como o que ela relatou. De acordo com Jardim (2001, p. 196), as marcas corporais, como cicatrizes e mutilações, mostram “o lugar de um corpo singular e de sua história de vida em um código masculino [e feminino também, no caso das catadoras]”.

Outro problema, segundo Mariana, ocorria com os carrinhos elétricos: “quando o tempo está pra chuva, isso fica bem louco”, referindo-se ao fato de alguns carrinhos não funcionarem corretamente quando existe ameaça de chuva. Nessas ocasiões, acontecia o travamento das rodas sem que Mariana efetuasse o dispositivo de frenagem e isso acarretava uma freada brusca que, dependendo da intensidade, poderia virar o carrinho por cima da/o condutor.

As informações de Mariana sobre as condições dos carrinhos elétricos eram obtidas no dia a dia, na medida em que os utilizava. Quando ocorriam problemas, os carrinhos eram passados a uma pessoa ligada ao Movimento dos Catadores responsável pela reparação dos mesmos. Todas as falhas que ocorriam nos carrinhos eram anotadas e relatadas para a empresa que os fabricava. Ao todo já existiam 21 defeitos detectados por Mariana.

Vale dizer que Mariana utilizava de um saber empírico, construído em sua relação com aquela tecnologia, um saber testado e apreendido no corpo, a golpes de alavanca na perna. A esse respeito fica a questão sobre o quanto as novas tecnologias na reciclagem ainda podem melhorar e contribuir para o trabalho das/os catadoras/es. Como pudemos observar no caso de Mariana, tais tecnologias ainda apresentam semelhanças com as existentes nos tradicionais carrinhos movidos a tração humana.

Mariana contava-me suas desventuras com o carrinho elétrico com bom humor, mas sem deixar de demonstrar um tom de preocupação nas suas reclamações. Por outro lado, quando levei as queixas da catadora até um integrante do Movimento dos Catadores, o mesmo advertiu-me para que não levasse tão a sério o comportamento de Mariana. “Ela é loca de esperta, tem que ter cuidado” – disse ele e prosseguiu explicando que Mariana poderia estar exagerando nas suas reclamações com o intuito de apenas chamar a atenção para conseguir algum outro objetivo, como adiantamento de dinheiro. Reação paradoxal aqui entre permitir que uma mulher teste a tecnologia e desconsiderar suas observações, não como técnicas e fruto da experiência, mas como “formas de chamar a atenção”.

Mariana que há pouco tempo atrás detinha um saber sobre o uso do carrinho puxado a tração humana, agora começava a lidar com outra realidade, ter que dar conta de um veículo que ainda está em fase de testes e que, de certa forma, testava seu corpo. O saber que de fato gerava alguma resolução não era o da catadora e sim o da pessoa que recebia o relato de Mariana e comunicava os problemas à empresa que fornecia os carrinhos.

Foi interessante observar que os carrinhos elétricos eram utilizados no centro e não em zonas periféricas da cidade. Isso ocorria principalmente por uma questão estratégica adotada pelo Movimento dos Catadores, pois havia uma disputa pela coleta seletiva na cidade, entre grupos de catadores e grandes empresas. Estava em jogo a valoração do uso de um equipamento que teoricamente exigia menos força física para ser manuseado. Este seria um trunfo para convencer não só a população, mas também as/os gestores municipais da importância do trabalho de coleta seletiva, feito, exclusivamente pelas/os catadoras/es organizados em cooperativas ou associações.

5.7 CLECI DESCADDEIRADA

Cleci nasceu em Porto Alegre, na época da pesquisa tinha 51 anos, dos quais dezesseis já haviam sido dedicados à atividade de catação. Morava há mais de seis anos em uma casa de madeira com cinco cômodos. Era chefe de uma família com oito pessoas (dessas oito, cinco eram menores de idade). Teve dez filhos e era separada do marido.

No parágrafo seguinte, transcrevo uma apresentação feita por Cleci a suas/seus colegas de oficina, realizada no bairro Tom Jobim. Na ocasião, foi solicitado às/aos participantes da oficina que fizessem uma breve apresentação contando a história de como se tornaram catadores/as, elencando as dificuldades da profissão e o que mais quisessem falar:

Meu nome é Cleci, vim de Porto Alegre. Estava desempregada, aí a minha saída foi a reciclagem. Antes eu trabalhava numa empresa... [não especificou o que fazia lá]. Já tenho 16 anos de reciclagem, é um tempinho hein? [sorriu]. Pra mim, o que mais me marcou foram as humilhações, os xingamentos, os cachorros soltos. Já conheci gente boa e gente ruim, gente educada e gente mal educada. Uma vez um carro quase se atirou por cima do meu carrinho, só por maldade porque tinha espaço na rua pra ele passar. No fundo eu acho que o trabalho do catador tem muito sacrifício.

Apesar de o bairro onde reside a catadora ter toda a rede de água e esgoto instalada, eram poucas as residências que podiam contar com tais serviços. Na casa de Cleci, a água era retirada de um poço construído no quintal, o esgoto corria a céu aberto em uma vala, na frente de sua residência. As instalações de energia elétrica do bairro são mais recentes (desde 2009) que as de saneamento básico.

As/os moradoras/es com as/os quais conversei, incluindo Cleci, tiveram certa resistência em abandonar as ligações de energia irregulares (popularmente chamadas de gatos). Tinham receio de ter que pagar uma conta muito alta no fim do mês, o que em muitos casos veio a se confirmar²⁸. Por

²⁸ Cleci ficou muito tempo sem atualizar a documentação do Programa Bolsa Família e consequentemente perdeu a verba que recebia. Isso incidiu, segundo ela, em uma taxa de cobrança de energia mais cara. Aliás, foram encontradas muitas famílias com dificuldade em

outro lado, elogiavam a “segurança” que passaram a ter, tanto em relação à diminuição das constantes quedas de energia, quanto ao fato de diminuir também o risco de sobrecarga e incêndio, comum de ocorrer nos “gatos”.

Cleci chegou até a segunda série do ensino fundamental. Disse que gostaria de ter ido mais longe, mas, “naquela época só os homens podiam estudar, as mulheres tinham que ficar aprendendo o serviço de casa” - falou referindo-se ao fato dos seus pais não terem deixado que ela continuasse indo à escola, como seus irmãos fizeram.

A renda de Cleci – única mantenedora da casa – era de aproximadamente 400 reais mensais. A catadora lamentava o fato de não conseguir um rendimento maior. Explicou-me que isso ocorria porque tinha um problema no coração e que o médico proibiu-a de fazer força.

Dependendo da necessidade, Cleci deixava de lado as prescrições médicas. Contou-me que no inverno passado recebera um fogão à lenha de uma moradora do bairro vizinho. Como o seu fogão estava “todo furado e entupido”, resolveu aceitar a gentileza. O problema maior ocorreu na hora de colocar o presente no seu carrinho. “O fogão era pesado, tive que fazer muita força e não tinha nenhum homem pra ajudar. Estourei os meus braços e me descaderei”.

O relato de Cleci nos lembra da relação que as classes populares mantêm com seu corpo, ou como afirma Boltanski (2004) da sua “cultura somática” – sistema de regras que gere o corpo dos indivíduos, neste caso, em relação ao trabalho.

A queixa dirigida ao médico diz respeito, sobretudo, à “falta de força”. A doença retira dos membros dessa camada social a possibilidade de fazer do corpo um uso (profissional, sobretudo) habitual e familiar. Dessa forma, não prestam nenhuma atenção especial ao corpo e o utilizam sobretudo como um “instrumento” ao qual demandam boa qualidade de funcionamento e de resistência. A valorização da força lhes confere a uma maior tolerância à dor, “eles não admitem, sobretudo, sentirem-se doentes”. Certamente, nunca ter sido afastado

acessar os programas sociais do governo, principalmente por atraso na entrega da documentação, falta de documentos, ou, simplesmente por não saberem onde se dirigir e a quem recorrer para fazer os devidos encaminhamentos.

por doença foi, durante muito tempo, motivo de orgulho e valor respeitado por inúmeros operários. (LE BRETON, p. 82, 2007)

A relação da catadora Cleci com seu corpo mais uma vez remete a noção de um corpo feminino frágil, dissonante, no entanto, com o trabalho que ela executa no seu cotidiano. Podemos supor, novamente, que a relação que as catadoras (maioria na atividade de catação) mantêm com seu trabalho está ligada à necessidade premente da sobrevivência, do sustento da família (maioria são chefes de família) e que, de certa forma, confirma-se a instabilidade da tradicional configuração de pai provedor e mãe sustentadora, pois Cleci – e a maioria das catadoras – dão conta de ambas as funções.

5.8 O CORPO FORA DO TRABALHO: AS OFICINAS

A partir de maio de 2010, passei a integrar a equipe de apoiadores do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - regional sul. Uma das minhas funções enquanto psicólogo contratado foi a de elaborar e desenvolver juntamente com uma equipe técnica as chamadas “formações” para catadores. Tais atividades consistiam em elaborar oficinas que tratassem de temas relacionados ao universo de trabalho das/os catadoras/es. Foram elaboradas seis oficinas, que partiam de temas pré-estabelecidos em um projeto do qual o Movimento dos Catadores era beneficiário. O projeto das oficinas de formação acabou em meados de dezembro de 2010. As oficinas ocorriam uma vez por semana, cada encontro durava aproximadamente quatro horas.

Foi em razão das oficinas de formação que acabei conhecendo melhor o bairro Tom Jobim e mantendo um contato regular com várias/os catadoras/es que moravam naquele local. Estavam previstas seis oficinas, mas acabamos indo mais de dez vezes até o bairro, tanto em razão dos cadastramentos (realizados em um primeiro momento) quanto em relação à realização das oficinas.

Levantar cedo e preparar-se para um dia de trabalho nas ruas ou no galpão era diferente do que preparar-se para participar de uma manhã de curso. Esse foi um dos motivos pelos quais achei importante fazer observações para a minha pesquisa: nesse caso, estaria observando um pouco da vida das/os catadoras/es fora do seu ambiente usual de trabalho, assim como, poderia estabelecer algumas comparações com o que pesquisei do grupo que trabalhava na unidade de triagem I.

As oficinas do bairro Tom Jobim eram realizadas no salão de uma creche, cedido pelas diretoras do local. Procuramos seguir um horário que se adequasse à rotina da maioria das/os integrantes da oficina. O horário da manhã (das 8h30min às 11h30min) foi considerado adequado, pois as

mulheres (maioria no curso) faziam a catação na parte da tarde. O turno da manhã era utilizado por elas (e não seus maridos) para cuidarem da higiene das crianças, alimentá-las e encaminhá-las à escola ou creche. A saída do curso às 11h30min também foi programada para que algumas catadoras buscassem os filhos na escola ou creche.

A escolha em observar mais detidamente esse pequeno grupo de catadoras que moravam na Vila Tom Jobim e participavam das oficinas se fez por uma necessidade prática de delimitar a quantidade de integrantes da pesquisa e também por ter havido uma aproximação recíproca que foi sendo tecida ao longo dos encontros realizados. Outro fator importante nessa escolha foi a minha inclinação inicial em focar as mulheres catadoras.

Ao final de cada oficina era comum permanecer no salão um pequeno grupo composto exclusivamente por catadoras, aproximadamente de quatro a cinco, as quais gostavam de falar sobre assuntos geralmente ligados ao seu cotidiano. Essas conversas eram uma forma de aproximação mais informal entre as catadoras e quem oferecia as oficinas (neste caso eu e a assistente social).

Quando sentávamos para conversar, escutávamos suas angústias e dissabores em relação aos maridos, crianças, às lutas diárias em busca da sobrevivência. Por vezes ouvíamos sobre a relação conflituosa com os chamados “ferros-velhos” ou com a cooperativa de reciclagem da qual algumas faziam parte.

Durante a pesquisa observei que havia uma forte relação de amizade entre duas catadoras que sempre ficavam depois do horário das oficinas para conversarmos. Trata-se das irmãs Eliete e Lúcia que no decorrer das oficinas, faziam questão de sentar uma do lado da outra. Nas ruas, encontrei-as algumas vezes com suas amigas quando não estavam catando, andando para cima e para baixo, parando em algumas esquinas que ofereciam uma visão maior do bairro, procurando inteirar-se das novidades ou até mesmo deslocando-se “só pelo prazer dos encontros” (FONSECA, 2004, p. 24).

Entrei em contato com Eliete e Lúcia pela primeira vez nos meses iniciais da pesquisa, quando fazíamos o cadastramento solicitado pelo MNCR. Como explicado anteriormente, a escolha dos locais onde deveríamos fazer os cadastramentos das/os catadoras/es eram definidos previamente por uma equipe do Movimento dos Catadores, já que conhecíamos muito pouco os bairros da cidade que potencialmente teriam maior concentração de moradias de catadoras/es.

A partir da tomada de conhecimento dos bairros que iríamos visitar, nossa função (minha, da assistente social e eventualmente de algum integrante do Movimento) era a de fazer articulações com lideranças comunitárias e com representantes de equipamentos sociais como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) localizados em alguns bairros. A ideia era que pudéssemos ter acesso a endereços de famílias de catadores/as, o que facilitaria nosso trabalho, assim como reforçar a partir daqueles órgãos as reivindicações de moradores dos bairros.

Foi nessa relação de troca de informações que acabei conhecendo as duas irmãs catadoras, Eliete e Lúcia. Na ocasião, uma assistente social do CRAS que abrange o bairro Tom Jobim, ligou para o escritório do Movimento dos Catadores, solicitando nosso apoio (do psicólogo e da assistente social), pedindo que fizéssemos uma visita até a casa de Lúcia. Segundo a profissional do CRAS, estaria ocorrendo violência doméstica com Lúcia que se encontrava em “estado depressivo” e com “risco de suicídio”.

Munidos dessas informações visitamos a casa da catadora (que morava ao lado da sua irmã), no entanto, nosso objetivo inicial era de fazer o seu cadastramento, por isso, procuramos interferir minimamente na relação existente entre usuária e CRAS. De fato, não tínhamos o que falar para Lúcia, a não ser que gostaríamos de realizar o seu cadastramento. Uma eventual escuta também poderia ser realizada, desde que fosse do interesse da catadora falar. Naquele dia, contudo, Lúcia restringiu-se a responder as perguntas da ficha de cadastro. Nesse episódio, chamou-nos a atenção uma entidade do poder público encaminhar para nós a resolução da situação da

catadora que estava com depressão, quando isso deveria ser feito pelo CRAS, pois essa era a sua função.

Três meses depois, quando já ocorriam as oficinas de formação no bairro e já nos conhecíamos melhor, Lúcia deu sua versão sobre o episódio de violência doméstica, confirmando que houve uma briga com seu companheiro quando descobriu que fora traída por aquele. Declarou que teve depressão por causa disso e que procurou ajuda de uma psicóloga. Conforme Lúcia, o tratamento com a psicóloga não deu certo, pois era terapia de grupo e ela não se sentia a vontade para falar de si na frente de “um monte de desconhecidos”. “Eu começava a ver o meu problema no dos outros e também, tudo que eu ouvia dos outros, eu pegava pra mim. Aí, invés de resolver os meus problemas, eu saía com mais ainda, com os problemas dos outros”.

Lúcia, a irmã mais velha, tinha 26 anos, Eliete, tinha 24 anos. Ambas moravam em casas de madeira rodeadas por uma cerca de taquaras. Havia dificuldades de acesso ao local em dias chuvosos, pois o terreno inclinado e sem calçamento tornava-se escorregadio em dias de chuva, propício para quedas.

Nos encontros realizados depois das oficinas, Eliete e Lúcia traziam para discussão temas ligados a relações gênero e sexualidade, muitas vezes carregados de decepções, esperanças e também vistos com certo humor. Em um dos encontros, Lúcia falou de uma decepção amorosa que tivera recentemente. Fora traída pelo namorado, pai de sua filha de três anos. Segundo Lúcia, naquele momento estava “dando um tempo” para os relacionamentos, havia passado por uma situação difícil há pouco tempo. “Não quero mais saber de homem”, disse ela, fazendo em seguida a seguinte colocação: “a gente é preparada pra acreditar que vai crescer e vai ter um príncipe encantado, só que esse príncipe nunca chega, é ilusão”. Alguns dias depois, ao ouvir um deboche de uma amiga sobre o fato de ainda estar solteira, Lúcia respondeu: “o que eu vou fazer se quem eu quero não me quer?”. Percebemos que a instabilidade e a precariedade presente nas relações de trabalho de alguns catadoras/es muitas vezes era acompanhada de uma

instabilidade relacional e isso emergia nas oficinas, na forma das narrativas sobre as relações afetivas com os homens.

Eliete era mãe de um menino de dois anos e duas meninas, com três e oito anos. A mais velha era “adotada”. Segundo Eliete, “a mãe deixou ela um dia aqui em casa e depois nunca mais voltou, aí ela foi ficando aí”. Eliete era a mais espontânea do grupo. Em determinada ocasião, falou da situação que estava vivenciando com seu companheiro, que trabalhava como peão em uma propriedade rural. “Ele fica às vezes mais de quinze dias sem aparecer em casa!”, disse ela, o que causou certo alvoroço entre as outras catadoras do grupo, pela conotação sexual que de fato Eliete quisera dar para a sua declaração. Aproveitando-se do momento de descontração, a mesma afirmou: “quando ele tá aí, aí tem que comparecer todos os dias!”.

Percebemos então que no âmbito doméstico as catadoras reproduziam o discurso masculino de que a “masculinidade se prova por um corpo *ativo* (JARDIM, 2001, p. 195)”. A demanda por esse corpo ativo do homem é encontrada na fala de Eliete quando a mesma diz que o marido “tem que comparecer”, referindo-se à postura que espera que o marido adote na esfera das relações conjugais. Cabe ressaltar, no entanto, que no galpão de reciclagem a posição ativa era muito mais das mulheres do que dos homens, o que “provocava”, como vimos anteriormente, certo confronto com a presença masculina no ambiente de trabalho.

Nessa etnografia, aprendi que algumas catadoras tinham uma percepção muito particular sobre seu corpo, diferente do que é ditado pelos padrões normativos sobre o que é ou não um corpo belo, um corpo aceitável socialmente. Conforme Víctora (1991, p. 145), “as representações do corpo e da saúde estão diretamente vinculadas às diferentes formas de perceber, representar e agir sobre o mundo social que os indivíduos compartilham com seu grupo social”. Aqui cabe mais uma vez utilizar-me de Boltanski (2004, p. 167) quando em seu estudo sobre as classes sociais e o corpo, afirma que “a vergonha do corpo não é talvez senão a vergonha de classe”. Nesse caso, o autor referia-se aos imperativos de um “corpo perfeito” produzidos por revistas

destinadas às “classes superiores”. Em relação às catadoras, não creio que estivessem isoladas de um processo de subjetivação permeado por tais imperativos, no entanto, elas lidavam de maneira bastante peculiar com isso, parecendo ter uma “autoimagem” do corpo que em pouco correspondia com o ideal da mulher esbelta, além de não demonstrarem sentir vergonha sobre seu corpo não estar condizente com tal norma.

O corpo mostrado pelas catadoras, principalmente nas oficinas de formação tinha um forte apelo sensual. A maquiagem simples no rosto – batom e sombra - e um pouco de perfume se faziam presentes. Sobre o uso de perfumes e cosméticos entre as classes populares, Boltanski (2004, p. 139) afirma que as mulheres

compram e usam quase que exclusivamente produtos [...] cuja função é maquilar o rosto e cuja utilização, fortemente institucionalizada, está ligada aos momentos altos da vida social, aos domingos, às festas, às ‘saídas”.

As roupas geralmente eram curtas, pequenos calções ou minissaias deixavam à mostra pernas negras, brancas e fortes, torneadas pela atividade que exerciam cotidianamente. Os seios eram avantajados e se evidenciavam nos decotes generosos das blusas curtas. As participantes das oficinas pareciam não se importar em mostrar partes do corpo como a barriga, apesar de muitas delas estarem acima do peso para os padrões culturais vigentes. No trabalho de Víctora (1991, p.147) vemos que:

as formas que as práticas e representações femininas assumem no contexto estudado, são as formas de expressão socialmente reconhecidas como legítimas, para aquela posição e situação social, são aquelas que fazem sentido e dão sentido ao próprio contexto.

Em meio a esse contexto marcadamente feminino me senti interpelado. Além de olhares e “indiretas”, perguntas sobre minha situação conjugal em meio às oficinas, se eu morava sozinho e se tinha filhos aconteceram ao longo do contato com as catadoras. A situação mais embaraçosa ocorreu através de uma mensagem enviada para meu celular. Nela a catadora perguntava se eu lhe correspondia e se havia alguma chance de nos encontrarmos. A esse respeito cabe refletir sobre as peculiaridades da pesquisa quando pesquisadoras mulheres investem em universos masculinos e vice-versa. Esse

é o caso de Machado (2007) que relata a experiência que teve durante o mestrado ao pesquisar as relações afetivo-sexuais de homens de classes populares:

[além dos desafios] também me trouxe uma série de vantagens, na medida em que eles situavam, a todo o momento, para mim, características da relação homem/mulher e reproduziam comigo, em parte, aspectos da construção da identidade masculina indicada no encontro com uma mulher (p. 164).

O contexto das oficinas também nos leva a pensar sobre as múltiplas facetas do ser mulher que não se esgotam no trabalho e cujos corpos são construídos de formas distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de concluir, encerrar a pesquisa, pelo menos temporariamente. Foi um trabalho que ofereceu algumas dificuldades (pertinentes ao processo de pesquisa) tanto para mim quanto para quem me acompanhou. Levantar cedo, “tomar um café com língua²⁹” e sair para a rua. No começo, não sabia muito bem qual roteiro seguir, mas sabia que tinha que andar, conhecer o território e ser conhecido pelos seus habitantes, dos quais muitos já estavam lá quando cheguei. Estabelecer uma rota/roteiro, para quem como eu estava acostumado a sair “por aí” ao sabor dos ventos, não foi tarefa fácil. Ter uma rota ou roteiro, assim como as/os catadoras/es organizados em associações e cooperativas fazem, implicava que a partir daquele momento existiria uma relação de diálogo e convivência mais próxima com o “outro”, uma espécie de contrato.

Ainda tomando o exemplo das/os catadoras/es, é chegado o momento de concluir, de tecer algumas considerações sobre esse trabalho etnográfico, de mostrá-lo aos outros e assim, quem sabe, aumentar o alcance desse “roteiro”. O roteiro aqui (ideia que retiro a partir de uma das formas de organização das/os catadoras/es para o trabalho) pode ser considerado como o percurso trilhado através do método etnográfico nessa pesquisa.

Nessa pesquisa que teve como objetivo compreender como se configuram as relações de gênero e trabalho no cotidiano de catadoras/es, chegamos a alguns apontamentos importantes. Dentre eles, questiono as naturalizações atribuídas ao sexo masculino e feminino no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, onde se percebeu que não havia uma fixidez de atributos que geralmente são considerados femininos ou masculinos os quais dividem tarefas de homens e de mulheres no galpão de reciclagem pesquisado. Um exemplo disso, como já referimos, ocorria no carregamento do

²⁹ Expressão utilizada por um catador que conheci durante a faculdade e que traduz o cotidiano de várias/os destas/es trabalhadoras/es que de manhã deparam-se com a mesa vazia, restando apenas o café. Na falta do pão para acompanhar, bebe-se o café com língua.

caminhão com os materiais recicláveis para serem comercializados. Neste caso eram as mulheres que se gabavam de aguentarem o serviço pesado mais do que os homens. Essa posição, no entanto, modificava-se quando as catadoras achavam que o serviço de prensagem dos materiais deveria ser exclusivamente masculino pelo fato de ser um trabalho “pesado”. Nesse exemplo vimos que a explicação para a divisão do trabalho no galpão entre os sexos estava pautada por dois atributos antagônicos: fragilidade feminina e força, robustez masculina.

A discussão sobre o corpo das catadoras (principalmente) que não havia sido prevista no projeto de dissertação surgiu a partir da intersecção entre relações de gênero e trabalho e nos demonstrou o quanto fatores como a “feminização da pobreza” estão presentes no trabalho com os resíduos sólidos. Nesse sentido, minha pesquisa aponta que o trabalho de catação apesar dos esforços de produção de um trabalho solidário e menos penoso, ainda permanece sobre a égide da precariedade do trabalho, a qual como vimos, se manifesta de forma intensa junto às catadoras mulheres, nas quais, o corpo é a “superfície de inscrição” dos efeitos desse trabalho precário, veja-se as marcas como hematomas nos braços e pernas ou os acidentes no trabalho.

Por fim, conclui-se que os modos de trabalhar das/os catadoras/es estão ligados a maneira como se configuram as relações de gênero e a maneira como as/os catadoras/es lidam com seus corpos nos diversos contextos, o que remete a uma precarização do trabalho feminino. Nesse sentido, espero que esse trabalho sirva de material para reflexão sobre a maneira como se configuram as relações de gênero (no contexto pesquisado) no trabalho de catadoras e catadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Gênero nos estudos de trabalho. In: Maria Lygia Quartim de Moraes (Org.). **Gênero nas fronteiras do Sul**. 1. ed. Campinas: Pagu/Unicamp, 2005.

ARENHART, Amabilia Beatriz Portela. **Colcha de retalhos: A costura de projetos de vida no coletivo da ecos do verde**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 65-82.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida; Revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOLTANSKI, Luck. **As classes sociais e o corpo**. Trad. Regina A. Machado. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 101-191, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2010. ISSN 0102-6909.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURQUE, Susan C.; CONWAY, Jill K.; SCOTT, Joan W. El concepto de género. In: LAMAS, Marta (Org.). **El género**: La construcción cultural de la diferencia sexual. México: Miguel Ángel Porrúa, 2003. p. 21-33.

BRITO, Jussara; OLIVEIRA, Simone. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. R. (Orgs.). **A danação do trabalho**: Relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997. p. 245-64.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

CABALLERO, Indira Nahomi Viana. **“O trabalho no papel”**: Uma etnografia com papeleiros. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CALDERONI, Sabetai. Reciclagem no Mundo e no Brasil. In: GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A - Fase, 2003. p. 27-31.

CASTEL, Robert, **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007. p. 235-264.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de Psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/pt-br.php>>. Acesso em: 24 jan 2011.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; DIAS, Sônia Maria; PENA, André de Souza. Informação e Trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs.). **Catadores na Cena Urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 299-324.

DIAS, Sônia Maria; MATOS, Marlise. Fórum Lixo e Cidadania: inovação institucional na formulação de políticas públicas de resíduos sólidos. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 249-64.

DO CARMO, Maria Scarlet Fátima. **A problematização do lixo e dos catadores**: estudo de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2008. p. 09-24.

FEITOSA, Débora Alves. **Cuidado e sustentação da vida**: A interface da educação popular no cotidiano de mulheres recicladoras. 2005. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FONSECA, Claudia. Quando Cada Caso Não é Um Caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.10, p. 58-78, 1999.

Disponível em:
<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf>. Acesso em: 30 abr 2010.

FOUCAULT, Michel. **Estética, ética y hermenêutica**. Trad. Ángel Gabilondo. Obras esenciales, Volumen III. Barcelona: Paidós, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. **Relações de gênero e meio ambiente no espaço urbano de Presidente Prudente (SP): O trabalho da mulher e da criança nos resíduos sólidos urbanos**. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 83-108.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A - Fase, 2003.

GONÇALVES, Raquel de Souza. **Catadores de materiais recicláveis: Trajetória de vida, trabalho e saúde**. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; MENDONÇA, Patrícia Maria; TEODÓSIO, Armindo dos Santos Souza; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Frames de ação coletiva: uma análise da organização do movimento nacional de catadores de recicláveis no Brasil – MNCR**. UFSC, Florianópolis, 2010. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional. Movimentos Sociais Participação e Democracia. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a126.pdf>. Acesso em: 10 mai 2011.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica**. Ana Montoia (trad.). 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GUEDES, Simoni Lahud. **Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF, 1997.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n.22, p. 201-246, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf> >. Acesso em: 12 fev 2010.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 10 out 2009.

JARDIM, Denise Fagundes. Performances, Reprodução e Produção dos Corpos Masculinos. In: LEAL, Ondina (Org.). **Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; 2001. p. 193-205.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Trad. Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LISBOA, Cassiano Pamplona. et al., MEYER, Dagmar E., FISCHER, Nilton Bueno., STEPHANOU, Maria (Coord). **Estudo do perfil sócio-educacional da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Relatório Final.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Paula Sandrine. Entre homens: Espaços de gênero em uma pesquisa antropológica sobre masculinidade e decisões sexuais e reprodutivas. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. 1 ed. Florianópolis; Santa Cruz do Sul, 2007, p. 155-184.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: Dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. 2003. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MAYER, Ricardo. **Hierarquia, igualdade e diferença: Lutas por reconhecimento no sul do Brasil**. 2005. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2008. p. 9-27.

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de

organização coletiva no Rio Grande do Sul. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, Lisandra Espíndola. **“Vida de Equilibrista?”** Mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais. 2008. 161 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MURARO, Rose Marie. Introdução - Acerca do conceito de Gênero. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andréa Brandão. **Mulher Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001. p. 7-11.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vidas no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NARVAZ, Martha Giudice. **A (in) visibilidade do gênero na psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem (se) política. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: Feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social. Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. **A questão social da reciclagem:** um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3083. Acesso em: 28 abr 2011.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: Dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e Cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p. 173-198.

PERELMAN, Mariano D. El Cirujeo en la Ciudad de Buenos Aires: visibilización, estigma y confianza. **AIBR - Revista de Antropología Iberoamericana** [on line], España, vol. 5, n. 1, p. 94-125, 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=62312916005>>. Acesso em: 26 abr 2011. ISSN 1578-9705.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Subjetividade e Trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Revista Interface**, Botucatu, n. 25, p. 339-46, 2008. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/>>. Acesso em: 11 mar 2010.

RODRÍGUEZ, Eva Patricia Gil. ¿Por qué le llaman género cuando quieren decir sexo?: Una aproximación a la teoría de la performatividad de Judith Butler. **Athenea Digital**, Mexico, n. 2, p. 30-41, 2002. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/50>. Acesso em: 20 fev 2011.

ROSADO, Rosa Maris. **Na esteira do galpão**: Catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/ RS. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, Dilemas e Desafios do Fazer Etnográfico Contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SEITENFUS, Ana Lúcia Ramos. **Associação de recicladores e catadores de Esteio**: Origem, saberes construídos e trajetória de vida. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Rosemeire Barboza da. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista INTERthesis** - Revista Internacional Interdisciplinar

INTERthesis, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 1-40, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/882/10840>>.

Acesso em: 26 abr 2011.

SOSNISKI, Cristina. **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo**: Estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

STREY, Marlene Neves. A “Criação” do Corpo Feminino Ideal. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa. **Corpos e Subjetividades em exercício multidisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a. p.225-254.

STREY, Marlene Neves. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. p.129-148.

TELLES, Vera. Pobreza e Cidadania. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Terceirização, Diversidade e Negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS; 1994.

TITTONI, Jaqueline. **Trabalho, poder e sujeição**: Trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

VÍCTORA, Ceres Gomes. **Mulher, Sexualidade e Reprodução:** Representações do Corpo em uma Vila de Classes Populares em Porto Alegre. 1991. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 34-82.